

## **1) A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES**

### **a) Informações Gerais**

A Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como objeto social a exploração de serviços de telecomunicações e o desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas. A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefônica ("Grupo"), líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina.

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Telefónica S.A. ("Telefónica"), empresa *holding* do Grupo e localizada na Espanha, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia de 73,58%, incluindo ações em tesouraria (nota 21).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na B3 (companhia resultante da combinação de atividades entre a BM&FBovespa e CETIP). É também registrada na *Securities and Exchange Commission* ("SEC"), dos Estados Unidos da América, sendo suas *American Depositary Shares* ("ADSs") classificadas no nível II, lastreadas apenas em ações preferenciais e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("*New York Stock Exchange*" – "NYSE").

### **b) Operações**

A Companhia atua na prestação de: (i) Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC"); (ii) Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM" - comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga); (iii) Serviço Móvel Pessoal ("SMP"); (iv) Serviço de Acesso Condicionado ("SEAC" - TV por assinatura) em todo o território brasileiro, através de concessões e autorizações, conforme estabelecido no Plano Geral de Outorgas ("PGO") e serviços de publicidade.

De acordo com o contrato de concessão do STFC, a cada biênio, durante os 20 anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 20). O atual contrato de concessão do STFC da Companhia tem validade até 31 de dezembro de 2025.

De acordo com os termos de autorização de uso de frequências associadas ao SMP, a cada biênio, após a primeira renovação, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do SMP do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 20), sendo que no 15º ano a Companhia deverá pagar 1% de sua receita no ano anterior. No cálculo será considerada a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos. Estes contratos são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos.

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações ("LGT"), Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que foi alterada pelas leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

As informações sobre as áreas de operação (regiões) e vencimentos das autorizações das radiofrequências para o SMP são as mesmas da nota explicativa 1b) Operações, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

### **c) Aquisição da GVT Participações S.A. ("GVTPart")**

As informações sobre o processo de aquisição da GVTPart, ocorrido em maio de 2015, são as mesmas da nota explicativa 4) Aquisição da GVT Participações S.A. ("GVTPart"), divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

#### **d) Reestruturação Societária**

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 1º de abril de 2016, foi aprovada a Reestruturação Societária de acordo com os termos e condições propostos em 14 de março de 2016. As informações sobre a Reestruturação Societária são as mesmas da nota explicativa 1c) Reestruturação Societária, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

#### **e) Aquisição de Sociedade por Subsidiária Integral**

Em 3 de julho de 2017, a subsidiária integral da Companhia, Telefônica Data S.A. (“TData”), adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da Terra Networks Brasil S.A. (“Terra Networks”), pertencentes à SP Telecomunicações Participações Ltda. (“SPTE”), acionista controladora da Companhia (“Operação”).

A Terra Networks é prestadora de serviços digitais (serviços de valor adicionado (“SVA”) próprios e de terceiros e *carrier billing*, bem como canais mobile para vendas e relacionamento) e publicidade.

A TData é uma sociedade que se dedica à exploração de SVA, bem como de soluções empresariais integradas em telecomunicações, assistência técnica de equipamentos e redes de telecomunicações, manutenção de equipamentos e redes e elaboração de projetos.

O preço total pago pela aquisição da totalidade das ações de emissão da Terra Networks, foi de R\$250.000, em parcela única, sem necessidade de qualquer financiamento, utilizando apenas o caixa disponível da TData. O referido valor foi calculado com base no valor econômico da Terra Networks, segundo o critério de fluxo de caixa descontado, com data base de 30 de abril de 2017, baseado em laudo de avaliação contratado pela Diretoria da TData.

A Operação sujeitou-se a condições usualmente aplicáveis a este tipo de transação, tendo sido precedida de uma auditoria legal e financeira em relação à Terra Networks e avaliação por empresa independente.

A Operação não se sujeitou à obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou aprovações por órgãos da Companhia e da forma como foi estruturada não altera a estrutura acionária da Companhia nem causa qualquer diluição aos seus acionistas, gerando valor a estes através de aceleração no crescimento de serviços digitais e aumento da eficiência operacional, não havendo custos relevantes relacionados à Operação.

A Operação teve como objetivo possibilitar uma ampliação e integração da oferta comercial de serviços digitais que podem agregar valor imediato à carteira de clientes da TData e da Companhia; bem como gerar oferta de serviços da TData para a base de clientes e assinantes dos serviços da Terra Networks e, graças à abrangência nacional de atuação e expertise da Terra Networks, gerar alavancagem do negócio de publicidade da TData. Além disso, dado que a Companhia possui competências para a criação de novos produtos digitais de mídia para mobile e publicidade e a Terra Networks possui *know how* de venda, atendimento e operações de serviços digitais para clientes específicos, a aquisição pela TData também facilitará a sinergia entre as sociedades envolvidas, além de maximizar a unificação das condições comerciais mantidas com fornecedores.

#### **Método de Contabilização**

Considerando que as combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas normas contábeis locais (Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC) e internacionais (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), uma entidade é obrigada a aplicar a hierarquia prevista nos parágrafos 10-12 do Pronunciamento CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente ao IAS 8) para escolher a política contábil a ser adotada.

Uma entidade pode, portanto, escolher contabilizar as combinações entre as entidades sob controle comum, utilizando o método de aquisição (“*Acquisition Method*”) com base no CPC 15 (R1) / IFRS 3 (R) ou pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos (“*Pooling of Interests*” ou “*Predecessor Value Method*”), com a orientação fornecida por outros organismos normativos contábeis com uma Estrutura Conceitual similar aos CPCs ou IFRSs.

Esta Operação que, conforme descrito anteriormente, envolve sociedades sob controle comum, foi contabilizada pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos (*"Predecessor Value Method"*), por não terem sido atendidos determinados requisitos para a utilização do método de aquisição previsto no CPC 15 (R1) / IFRS 3 (R). Consequentemente, a diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos foi registrada no patrimônio líquido da TData.

Com a conclusão da Operação, a partir de 3 de julho de 2017, a Terra Networks passou a ser controlada direta da TData e indireta da Companhia.

A seguir, apresentamos a composição do valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos no montante de R\$190.971.

<b>Ativo circulante</b>	<b>163.579</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>86.892</b>
Caixa e equivalentes de caixa	43.351	Pessoal, encargos e benefícios sociais	17.327
Contas a receber, líquidas	61.276	Fornecedores	51.198
Instrumentos financeiros derivativos	404	Impostos, taxas e contribuições	14.643
Tributos a recuperar	22.658	Instrumentos financeiros derivativos	16
Outros ativos	35.890	Outras obrigações	3.708
<b>Ativo não circulante</b>	<b>228.575</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>114.291</b>
Tributos diferidos	117.885	Pessoal, encargos e benefícios sociais	508
Depósitos e bloqueios judiciais	102.373	Impostos, taxas e contribuições	229
Outros ativos	740	Provisões	112.874
Imobilizado, líquido	7.047	Outras obrigações	680
Intangível, líquido	530		
		<b>Valor contábil dos passivos assumidos</b>	<b>201.183</b>
		<b>Valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos</b>	<b>190.971</b>
		<b>Contraprestação dada pela aquisição</b>	<b>250.000</b>
<b>Valor contábil dos ativos adquiridos</b>	<b>392.154</b>	<b>Ajuste nos patrimônios líquidos na TData e Companhia</b>	<b>59.029</b>

#### Provisão para Riscos Prováveis e Passivo Contingente

O contrato de venda e compra desta Operação contém termos e disposições comuns a esse tipo de transação, incluindo indenização de determinados passivos, contingentes ou materializados, decorrentes de atos praticados ou fatos ocorridos até a data da Operação, reduzidos os valores já provisionados das respectivas contingências, os quais foram considerados no preço de aquisição.

Na data da Operação, a Terra Networks estava envolvida em processos administrativos e judiciais relacionados a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, cujos desfechos desfavoráveis são considerados prováveis e possíveis, conforme o caso.

<u>Natureza / Grau de Risco</u>	<u>Valores envolvidos</u>	
	<u>Prováveis</u>	<u>Possíveis</u>
Trabalhistas (1)	19.282	50.104
Cíveis (2)	6.061	19.623
Tributárias (3)	87.531	927.309
Federais (i)	80.784	267.089
Estaduais (ii)	-	655.061
Municipais (iii)	6.747	5.159
<b>Total</b>	<b>112.874</b>	<b>997.036</b>

### Prováveis:

- (1) Provisões trabalhistas: referem-se a reclamações trabalhistas de ex-empregados (que reivindicam, entre outros: o reconhecimento da função de jornalista, pagamento de horas extraordinárias etc.) e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária).
- (2) Provisões cíveis: referem-se a ação movida por fornecedor referente a transmissão de eventos; multa do PROCON (ação anulatória); ação de execução contratual; ação de indenização relacionada ao uso de conteúdo; e ações reclamatórias movidas por ex-assinantes relativas a cobrança não reconhecida, cobrança de valor indevido e descumprimento contratual.
- (3) Provisões tributárias: referem-se a ações movidas pela Terra Networks questionando: (i) Federais: inconstitucionalidade da CIDE sobre *royalties*; e (ii) Municipais: exclusão do ISS da base de cálculo do PIS/COFINS sobre importação.

### Possíveis:

- (1) Contingências trabalhistas: referem-se a reclamações trabalhistas de ex-empregados (que reivindicam, entre outros: o reconhecimento da função de jornalista, pagamento de horas extraordinárias etc.) e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária).
- (2) Contingências cíveis: referem-se a ação movida por fornecedor referente a transmissão de eventos; multa do PROCON (ação anulatória); ação indenização relativa ao uso de conteúdo; ação ECAD relativa a cobrança de direitos autorais; e ações reclamatórias movidas por ex-assinantes relativas a cobrança não reconhecida, cobrança de valor indevido e descumprimento contratual.
- (3) Contingências tributárias: referem-se a discussões administrativas e judiciais, sendo as mais relevantes: (i) Federais: glosa de despesas com amortizações do ágio realizadas em 2005 a 2008; manifestações de inconformidade em face de compensações indeferidas e glosa das despesas operacionais supostamente não dedutíveis e relacionadas a perdas estimadas para a redução ao valor recuperável das contas a receber; (ii) Estaduais: ICMS sobre serviços de publicidade; e (iii) Municipais: ISS sobre processamento de dados e congêneres e antivírus.

### Outras Informações

O valor contábil líquido das contas a receber de serviços prestados pela Terra Networks totaliza R\$61.276, o qual não difere do valor bruto de R\$69.995, líquido de perdas estimadas para redução ao valor recuperável no valor de R\$8.719.

Desde a data de aquisição até a conclusão destas informações trimestrais, a Terra Networks contribuiu com R\$76.310 da receita operacional líquida consolidada e R\$156.822 do lucro líquido consolidado para a Companhia, principalmente pelo reconhecimento de R\$128.298 de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (nota 6 b).

## **2) BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

### **a) Declaração de Conformidade**

As informações trimestrais ("ITRs") individuais ("Controladora") e consolidadas ("Consolidado") foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Todas as informações relevantes próprias das ITRs, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As ITRs consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) Demonstrações Intermediárias e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo IASB e também conforme deliberação nº 739/15 da CVM.

### **b) Bases de Preparação e Apresentação**

As ITRs da Companhia para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), que é a moeda funcional da Companhia.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas ITRs foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Estas ITRs comparam os trimestres findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, exceto em relação aos balanços patrimoniais que comparam as posições em 30 de setembro de 2017 com 31 de dezembro de 2016.

As informações consolidadas para os três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017 contemplam os valores da Terra Networks, sociedade consolidada a partir de 3 de julho de 2017.

As ITRs individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 23 de outubro de 2017.

Os segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e controladas é prover seus clientes de serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. Consequentemente, a conclusão da Administração é de que a Companhia e controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidado, enquanto que as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas ITRs.

Em decorrência do processo de Reestruturação Societária (nota 1d), ocorrido em 1º de abril de 2016, as ITRs individuais para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 não são comparáveis.

As ITRs foram elaboradas segundo os princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (nota explicativa 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis) e devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações financeiras, além dos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, que entraram em vigor a partir 1º de janeiro de 2017, descritos a seguir:

- Improvements to IFRS 2014-2016 (Melhoria anual das IFRS 2014-2016), alterações: As alterações introduzem uma série de melhorias para o IFRS em vigor, principalmente para eliminar inconsistências e esclarecer a redação de algumas dessas normas. A alteração da IFRS 12 esclarece o alcance da norma, sendo aplicável para exercícios a partir de 1º de janeiro de 2017, ao passo que outras melhorias serão eficazes no exercício de 2018.
- IAS 7 - Cash Flow (Fluxo de Caixa), alterações: As alterações fazem parte da iniciativa de divulgação do IASB e exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa, como as mudanças que não afetam o caixa. Na aplicação inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.
- IAS 12 - Income Taxes (Imposto de Renda), alterações: As alterações esclarecem que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, as alterações fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil. Se uma entidade adotar as alterações para um período anterior, ela deve divulgar tal fato.

Essas alterações são efetivas para exercícios anuais com início em 1º de janeiro de 2017. A Companhia irá considerar estas alterações na preparação das demonstrações financeiras anuais findas em 31 de dezembro de 2017, embora a aplicação destas alterações não tenha impactos relevantes na posição financeira da Companhia.

Na data de elaboração destas ITRs, as seguintes emissões e alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

<b>Normas e Emendas a Normas</b>	<b>Vigência a partir de:</b>
<i>IFRS 9 Financial Instruments</i> (Instrumentos Financeiros), emissão da versão final.	1º de janeiro de 2018
<i>IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers</i> (Receita de Contratos com Clientes), emissão.	1º de janeiro de 2018
<i>Clarifications to IFRS 15</i> , issued on April 12, 2016 ( <i>Esclarecimentos ao IFRS 15</i> , emitidos em 12 de abril de 2016), emissão.	1º de janeiro de 2018
<i>IFRS 2 Classification and Valuation of Share Based Transactions</i> (Classificação e Valoração de Transações de Remuneração em Ações), revisão.	1º de janeiro de 2018
<i>IFRS 4 Insurance Contracts</i> (Contratos de Seguros), revisão.	1º de janeiro de 2018
<i>IAS 40 Investment Property Transfers</i> (Transferência de Contratos de Investimentos), revisão.	1º de janeiro de 2018
<i>IFRIC 22 Transactions in Foreign Currency and Advance Payments</i> (Transações em Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados), emissão.	1º de janeiro de 2018
<i>Annual Improvements to IFRS, 2014-2016 Cycle</i> (Melhorias Anuais do IFRS - Ciclo 2014-2016), emissão.	1º de janeiro de 2018
<i>IFRS 16 Leases</i> (Arrendamentos), emissão.	1º de janeiro de 2019
<i>IFRIC 23 Uncertainties over Income Tax Treatments</i> (Incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre a renda)	1º de janeiro de 2019
<i>IFRS 17 Insurance Contracts</i> (Contratos de Seguros)	1º de janeiro de 2021
<i>IFRS 10, 12 and IAS 28 Investment Entities: Applying the Consolidation Exception</i> (Aplicando a Exceção na Consolidação), revisão.	A definir

Com base em análises preliminares a Companhia estima que a implementação de muitas destas normas, alterações e interpretações não terão impacto significativo em sua posição financeira no período de aplicação inicial. No entanto, estima-se que as seguintes normas emitidas, porém não com aplicação obrigatória, poderão ter impactos significativos sobre sua posição financeira no momento de sua aplicação e prospectivamente.

**IFRS 9 - Financial Instruments (Instrumentos Financeiros), emissão:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9, que substitui o IAS 39 e todas as versões anteriores da IFRS 9.

A IFRS 9 estabelece os critérios para registro e mensuração dos instrumentos financeiros. Das análises dos efeitos dos novos critérios introduzidos por esta norma identificou-se uma série de impactos esperados relacionadas com os seguintes aspectos, entre outros:

- Simplificação do modelo atual de avaliação de ativos financeiros e estabelece três categorias principais: (i) custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado; e (iii) a valor justo por meio do resultado abrangente, dependendo do modelo de negócio e das características dos fluxos de caixa contratuais. Comparando-se com os critérios atuais para o reconhecimento e avaliação dos passivos financeiros não houve mudanças significativas, exceto no que se refere ao reconhecimento das mudanças no risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para os passivos designados pelo valor justo por meio do resultado.
- Introduz um novo modelo de perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros, o modelo de perdas de crédito esperadas, que substitui o modelo de perdas incorridas atualmente vigente. Consequentemente, a aplicação dos novos requisitos irá resultar, previsivelmente, a uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros.

- De acordo com os critérios atuais, um *hedge* deve ser altamente eficaz, tanto prospectivamente como retrospectivamente. A IFRS 9 introduz um novo modelo de contabilização de *hedge*, menos restritivo, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge* e que o índice de cobertura seja o mesmo que a entidade aplica para a sua gestão de risco. Além disso, a nova regra altera os critérios para a documentação de *hedge*.
- Além disso, as demonstrações financeiras da Companhia incluirão divulgações mais detalhadas com informações relevantes sobre os ativos e passivos financeiros.

Das análises dos novos critérios, a Companhia estima que as principais mudanças se concentrarão na documentação das políticas e estratégias de *hedge*, assim como nos processos para as estimativas das perdas para a redução ao valor recuperável esperadas sobre os ativos financeiros e seu momento de reconhecimento. A Companhia decidiu exercer a opção que permite não rerepresentar as informações comparativas para os períodos apresentados no primeiro ano de aplicação dos novos critérios.

As alterações introduzidas pela IFRS 9 afetarão o reconhecimento de ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos mantidos a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está realizando o processo de implementação dos novos critérios, mas devido a relevância dos itens potencialmente afetados e a complexidade das estimativas, entende que não seja razoavelmente possível quantificar os impactos da aplicação desta norma na data do encerramento destas ITRs.

*IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers (Receitas de Contratos com Clientes)*, emissão: A IFRS 15 estabelece critérios para a contabilização das receitas de contratos de clientes. A Companhia está atualmente no processo de estimar os impactos desta nova norma em seus contratos. Esta análise identificou uma série de impactos esperados relacionados aos seguintes aspectos, entre outros:

- Conforme a política contábil atual, a Companhia oferece pacotes comerciais que combinam mercadorias e serviços de telefonia, fixa e móvel, dados, *internet* e televisão, sendo a receita total de serviços, distribuída entre seus elementos, identificados com base em seus respectivos valores justos.

Com a IFRS 15, os valores serão atribuídos a cada elemento em função dos preços de venda independentes de cada componente individual em relação ao preço total do pacote e a receita será reconhecida quando (e à medida) que a obrigação seja satisfeita. A aplicação dos novos critérios significará uma aceleração no reconhecimento das receitas de vendas de mercadorias, que são geralmente reconhecidas no momento da entrega ao consumidor final. À medida que os pacotes são comercializados com um desconto, a diferença entre o lucro nas vendas de mercadorias e o valor recebido do cliente no início do contrato será reconhecido como um ativo contratual.

- De acordo com os critérios atualmente vigentes, todos os custos diretamente relacionados com a captação de contratos comerciais (comissões de vendas e outras despesas com terceiros) são contabilizados como despesas, quando incorridos. Por outro lado, a IFRS 15 exige que os custos relacionados ao cumprimento do contrato, quando incorridos, sejam diferidos e reconhecidos no resultado na mesma medida em que as receitas são reconhecidas no resultado, ao longo do período desse contrato.
- Em comparação com a norma atualmente existente, a IFRS 15 estabelece requisitos muito mais detalhados sobre o tratamento contábil das alterações dos contratos. Assim, determinadas alterações serão registradas com efeitos retrospectivos (como continuação do contrato original) e outras com efeitos prospectivos (como um contrato separado, contabilizando uma finalização do contrato existente e a criação de um novo contrato).
- Além disso, as demonstrações financeiras da Companhia incluirão divulgações qualitativas e quantitativas sobre as informações de receitas.

A Companhia está avançando no processo de implementação dos novos critérios. Este processo envolve a introdução de modificações nos sistemas de informação existentes, implementação de novas ferramentas de TI e mudanças nos processos e controles de todo o ciclo de receita. Este processo de implementação na Companhia é altamente complexo, devido a fatores como um grande número de contratos, numerosos sistemas de fonte de dados, a diversidade de modelos de negócios, bem como a necessidade de estimativas complexas. Assim, apesar do progresso no grau de desenvolvimento de novas ferramentas que suportam a implementação das novas exigências, a Companhia entende que na data do encerramento destas ITRs não pode mensurar de forma confiável o impacto da aplicação desta norma.

No entanto, a análise realizada sobre as operações no último exercício, considerando os acordos comerciais e o volume de contratos afetados, a Companhia estima que os impactos mais relevantes introduzidos pela IFRS 15 se relacionam com a transferência de receitas de prestação de serviços e vendas de mercadorias, aceleração de receita e diferimento de custos diretamente relacionados com a captação de contratos comerciais.

Além disso, a IFRS 15 permite dois métodos alternativos de transição: (i) retrospectivamente para cada período apresentado ou (ii) retroativamente com efeito acumulado reconhecido na data da aplicação inicial. A Companhia adotará o segundo método de transição, reconhecendo o efeito acumulado dos novos critérios como um ajuste de reservas na data da aplicação inicial da IFRS 15.

A IFRS 15 permite a adoção de determinadas soluções práticas para facilitar a implementação dos novos critérios.

Após as análises efetuadas, as principais soluções práticas que a Companhia pretende são:

- Não aplicar a IFRS 15 de forma retrospectiva aos contratos que foram concluídos em uma data anterior a 1º de janeiro de 2018;
- Agrupamento de contratos: Aplicar os requerimentos da norma a grupos de contratos com características semelhantes, uma vez que, para este grupo, os efeitos não diferem significativamente em relação a um contrato de aplicação individual;
- Componente financeiro: Não considerar significativo quando o período entre o momento em que se transfere o bem ou serviço comprometido com o cliente e o momento que o cliente paga por esse bem ou serviço seja de até um ano.
- Custos com a captação de contratos comerciais: Reconhecer como despesas à medida em que são incorridos quando o seu período previsto de amortização seja de até um ano.

**IFRS 16 – Leasing (Operações de Arrendamento Mercantil), emissão:** A IFRS 16 estabelece que as companhias que atuam como arrendatárias devem reconhecer no balanço patrimonial os ativos e passivos decorrentes de todos os contratos de arrendamento (exceto para os contratos de arrendamento a curto prazo e aqueles para os ativos de baixo valor).

A Companhia tem um número muito elevado de contratos de arrendamento como arrendatária de vários ativos, tais como torres, circuitos, imóveis e terrenos (onde as torres próprias estão localizadas principalmente). Segundo a norma atual, uma parcela significativa de tais contratos são classificados como arrendamentos operacionais, onde geralmente os pagamentos são registrados de forma linear ao longo do prazo do contrato.

A Companhia está atualmente no processo de estimar o impacto desta nova norma em tais contratos. Nesta análise a estimativa do prazo do arrendamento é incluída, considerando o período não cancelável e os períodos adicionais cobertos caso seja exercida a opção de estender o arrendamento para aqueles casos em que haja certeza razoável da opção da extensão do prazo, o que dependerá, em grande parte, da utilização esperada dos ativos da Companhia instalados junto aos bens arrendados. Além disso, são utilizadas hipóteses para calcular a taxa de desconto, que dependem principalmente da taxa de financiamento incremental para os prazos estimados. A Companhia está avaliando não registrar separadamente os componentes que não são arrendamentos (*non lease components*) dos componentes que são classificados como arrendamentos para aquelas classes de ativos onde a relevância dos *non lease components* não seja significativa em relação ao valor total do arrendamento.



Além das estimativas anteriores, a norma permite dois métodos de transição, sendo: (i) retrospectivamente completa para cada período comparativo apresentado; e (ii) retrospectivamente modificada com o efeito acumulado da aplicação inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial. A Companhia decidiu, provisoriamente, adotar o segundo método de transição, de modo a reconhecer o efeito cumulativo da aplicação inicial dos novos critérios como um ajuste de reservas na aplicação inicial da IFRS 16. Além disso, a IFRS 16 permite optar por determinadas soluções práticas na data da aplicação inicial, relativas a valoração do passivo, taxa de desconto, perdas para redução ao valor recuperável, arrendamentos que terminam no prazo de doze meses após a aplicação inicial, custos diretos iniciais e duração do arrendamento. A Companhia está avaliando qual destas soluções práticas serão adotadas em cada caso. Neste sentido, a Companhia está avaliando se optará por um solução prática que lhe permite não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento na data da aplicação inicial da IFRS 16, e aplicar diretamente as novas exigências para todos os contratos que, sob a norma anterior foram identificados como arrendamento.

Devido às diferentes alternativas disponíveis, bem como à complexidade das estimativas e o elevado número de contratos, a Companhia ainda não concluiu o processo de implementação, de modo que na data do encerramento destas ITRs não é possível estimar de forma razoável o impacto que a aplicação desta norma.

No entanto, considerando o volume de contratos afetados, assim como a relevância dos pagamentos comprometidos com aluguéis, que se encontram divulgados nas demonstrações financeiras anuais, a Companhia estima que as alterações introduzidas pela IFRS 16 terão um impacto significativo sobre sua posição financeira a partir da data de aplicação inicial, incluindo o reconhecimento do direito de uso e as correspondentes obrigações em relação à maioria dos contratos que, de acordo com a norma atual, são classificados como arrendamentos operacionais. Além disso, as amortizações do direito de uso dos ativos e o reconhecimento de juros sobre a obrigação de arrendamento substituirão uma parte significativa do valor reconhecido sob a norma atual como despesas operacionais na demonstração do resultado. A classificação de pagamentos na demonstração de fluxos de caixa também será afetada pela adoção da IFRS 16. As demonstrações financeiras da Companhia incluirão divulgações mais detalhadas com informações relevantes sobre os contratos de arrendamentos.

### c) Bases de Consolidação

Em 30 de setembro de 2017 e 2016 e em 31 de dezembro de 2016, a Companhia detinha as seguintes participações societárias diretas:

Investidas	Tipo de investimento	Participação	País (Sede)	Atividade principal
Telefônica Data S.A. ("TData")	Controlada integral	100,00%	Brasil	Telecomunicações
POP Internet Ltda ("POP") (nota 1c)	Controlada integral	100,00%	Brasil	Internet
Aliança Atlântica Holding B.V. ("Aliança")	Controlada em conjunto	50,00%	Holanda	Holding, atuando no setor de telecomunicações
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Controlada em conjunto	50,00%	Brasil	Exploração de rede subterrâneas de telecomunicações
Companhia ACT de Participações ("ACT")	Controlada em conjunto	50,00%	Brasil	Assessoria técnica em redes de telecomunicações

As participações societárias em sociedades controladas ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. O investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em sociedades de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial.

### 3) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Caixa e contas bancárias	89.221	189.445	90.727	198.369
Aplicações financeiras	5.042.712	4.486.182	5.480.329	4.906.741
<b>Total</b>	<b>5.131.933</b>	<b>4.675.627</b>	<b>5.571.056</b>	<b>5.105.110</b>

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”) com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras.

#### 4) CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Valores faturados	6.182.072	6.077.768	7.181.371	6.939.909
Valores a faturar	1.931.661	1.898.630	2.172.144	1.930.708
Valores de interconexão	1.145.107	1.333.595	1.155.778	1.345.471
Valores com partes relacionadas (nota 27)	168.265	177.741	194.658	190.906
<b>Contas a receber bruto</b>	<b>9.427.105</b>	<b>9.487.734</b>	<b>10.703.951</b>	<b>10.406.994</b>
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(1.176.346)	(1.004.512)	(1.622.411)	(1.399.895)
<b>Total</b>	<b>8.250.759</b>	<b>8.483.222</b>	<b>9.081.540</b>	<b>9.007.099</b>
Circulante	8.072.174	8.282.685	8.791.035	8.701.688
Não circulante	178.585	200.537	290.505	305.411

Os saldos consolidados das contas a receber não circulante incluem:

- Em 30 de setembro de 2017, R\$123.623 (R\$143.265 em 31 de dezembro de 2016), referente ao modelo de negócios de revenda de mercadorias para pessoa jurídica, com prazo de recebimento até 24 meses. Em 30 de setembro de 2017, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$16.161 (R\$32.920 em 31 de dezembro de 2016).
- Em 30 de setembro de 2017, R\$54.962 (R\$57.272 em 31 de dezembro de 2016), referente a parcela das contas a receber decorrente de negociações relativas ao processo de recuperação judicial das empresas do Grupo OI. Em 30 de setembro de 2017, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$6.142 (R\$10.268 em 31 de dezembro de 2016).
- Em 30 de setembro de 2017, R\$111.920 (R\$104.874 em 31 de dezembro de 2016), corresponde ao produto “Soluciona TI”, comercializado pela TData, que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, esse produto foi classificado como arrendamento mercantil financeiro. Em 30 de setembro de 2017, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$2.625 (R\$3.005 em 31 de dezembro de 2016).

Os saldos das contas a receber, relativos ao produto “Soluciona TI”, contemplam os seguintes efeitos:

	Consolidado	
	30.09.17	31.12.16
Valor nominal a receber	617.910	611.384
Receita financeira não realizada	(2.625)	(3.005)
<b>Valor presente a receber</b>	<b>615.285</b>	<b>608.379</b>
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(374.893)	(344.738)
<b>Valor líquido a receber</b>	<b>240.392</b>	<b>263.641</b>
Circulante	128.472	158.767
Não circulante	111.920	104.874

O cronograma de vencimentos das contas a receber brutas do produto “Soluciona TI” em 30 de setembro de 2017 era:

	Consolidado	
	Valor nominal a receber	Valor presente a receber
A vencer até um ano	329.746	329.746
A vencer acima de um ano e até cinco anos	288.164	285.539
<b>Total</b>	<b>617.910</b>	<b>615.285</b>

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

A seguir, apresentamos os valores a receber, líquidos das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
A vencer	6.138.015	6.392.442	6.863.672	6.841.752
Vencidas – 1 a 30 dias	1.025.357	1.025.630	1.144.873	1.073.568
Vencidas – 31 a 60 dias	342.526	309.210	348.852	322.485
Vencidas – 61 a 90 dias	228.378	225.132	230.858	227.010
Vencidas – 91 a 120 dias	139.559	110.813	137.668	105.048
Vencidas – mais de 120 dias	376.924	419.995	355.617	437.236
<b>Total</b>	<b>8.250.759</b>	<b>8.483.222</b>	<b>9.081.540</b>	<b>9.007.099</b>

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

A seguir, demonstramos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31.12.15</b>	<b>(1.650.112)</b>	<b>(2.217.926)</b>
Ingresso das perdas estimadas (nota 23)	(1.233.831)	(1.378.453)
Reversão das perdas estimadas (nota 23)	333.375	374.477
Baixa pela utilização	721.869	767.326
Incorporação (nota 1d)	(160.720)	-
<b>Saldo em 30.09.16</b>	<b>(1.989.419)</b>	<b>(2.454.576)</b>
Ingresso das perdas estimadas	(433.528)	(465.322)
Reversão das perdas estimadas	108.242	121.077
Baixa pela utilização	1.310.193	1.398.926
<b>Saldo em 31.12.16</b>	<b>(1.004.512)</b>	<b>(1.399.895)</b>
Ingresso das perdas estimadas (nota 23)	(1.320.281)	(1.414.918)
Reversão das perdas estimadas (nota 23)	282.604	305.993
Baixa pela utilização	865.843	895.128
Combinação de negócios (nota 1e)	-	(8.719)
<b>Saldo em 30.09.17</b>	<b>(1.176.346)</b>	<b>(1.622.411)</b>

## 5) ESTOQUES, LÍQUIDOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Materiais para revenda (1)	309.492	335.281	338.890	377.465
Materiais para consumo	65.584	75.086	68.411	77.732
Outros estoques	7.918	7.892	7.918	7.892
<b>Total bruto</b>	<b>382.994</b>	<b>418.259</b>	<b>415.219</b>	<b>463.089</b>
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência	(32.744)	(50.108)	(34.609)	(52.676)
<b>Total</b>	<b>350.250</b>	<b>368.151</b>	<b>380.610</b>	<b>410.413</b>

(1) Inclui estoque de aparelhos celulares, *simcards* e equipamentos de informática, entre outros.

A seguir, apresentamos a movimentação das perdas estimadas para redução ao valor realizável e para obsolescência dos estoques:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31.12.15</b>	<b>(48.390)</b>	<b>(52.341)</b>
Ingresso das perdas estimadas	(11.582)	(14.874)
Reversão das perdas estimadas	10.196	15.278
<b>Saldo em 30.09.16</b>	<b>(49.776)</b>	<b>(51.937)</b>
Ingresso das perdas estimadas	(13.361)	(14.881)
Reversão das perdas estimadas	13.029	14.142
<b>Saldo em 31.12.16</b>	<b>(50.108)</b>	<b>(52.676)</b>
Ingresso das perdas estimadas	(16.798)	(20.462)
Reversão das perdas estimadas	34.162	38.529
<b>Saldo em 30.09.17</b>	<b>(32.744)</b>	<b>(34.609)</b>

Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques estão incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 23).

## 6) TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

### a) Tributos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
ICMS (1)	2.377.488	2.317.739	2.388.798	2.329.159
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (2)	401.314	829.160	403.477	830.549
Impostos e contribuições retidos na fonte (3)	170.290	131.915	198.470	157.371
PIS e COFINS	67.323	125.273	73.167	148.759
INSS, ISS e outros tributos	8.126	22.775	27.126	38.236
<b>Total</b>	<b>3.024.541</b>	<b>3.426.862</b>	<b>3.091.038</b>	<b>3.504.074</b>
Circulante	2.599.093	2.952.622	2.662.630	3.027.230
Não circulante	425.448	474.240	428.408	476.844

(1) Refere-se aos créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado (cuja compensação ocorre em 48 meses); em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram posteriormente canceladas; pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros. Os montantes não circulantes consolidados incluem créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado de R\$383.263 e R\$370.770 em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente.

(2) Refere-se aos créditos por antecipações de imposto de renda e contribuição social, as quais serão compensadas com tributos federais a serem apurados futuramente.

- (3) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

## b) Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são constituídos, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

	Controladora											
	Saldos em 31.12.15	Demonstração dos resultados	Resultados abrangentes	Incorporação (nota 1d)	Saldos em 30.09.16	Demonstração dos resultados	Resultados abrangentes	Outros	Saldos em 31.12.16	Demonstração dos resultados	Resultados abrangentes	Saldos em 30.09.17
<b>Ativo (passivo) diferido</b>												
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	-	-	-	-	-	1.376	-	-	1.376	176.306	-	177.682
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	(155.951)	(269.733)	1.866	705.367	281.549	(447.036)	76.932	(1.516)	(90.071)	(907.363)	236	(997.198)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.681.016	191.462	-	282.751	2.155.229	65.826	-	-	2.221.055	(6.770)	-	2.214.285
Fornecedores e outras provisões	535.001	99.932	-	66.455	701.388	(93.230)	-	-	608.158	60.148	-	668.306
Carteira de clientes e marcas	256.056	(47.167)	-	119.695	328.584	(15.493)	-	-	313.091	(41.220)	-	271.871
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	369.174	77.798	-	54.645	501.617	(160.082)	-	-	341.535	58.424	-	399.959
Perdas estimadas de modems e outros ativos imobilizados	170.132	(2.966)	-	122.696	289.862	(7.595)	-	-	282.267	(73.195)	-	209.072
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	26.164	4.284	-	-	30.448	(2.504)	80.459	-	108.403	10.407	-	118.810
Participação nos resultados	88.944	(3.312)	-	3.963	89.595	34.316	-	-	123.911	(33.565)	-	90.346
Provisão para programa de fidelização	32.604	(13.331)	-	-	19.273	(161)	-	-	19.112	3.850	-	22.962
Depreciação acelerada contábil	10.865	(2.021)	-	-	8.844	15.189	-	-	24.033	(74)	-	23.959
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	9.364	(13.200)	-	13.620	9.784	1.443	-	-	11.227	(2.674)	-	8.553
Operações com derivativos	47.911	37.758	1.958	10.523	98.150	(34.867)	(3.591)	-	59.692	5.679	372	65.743
Licença	(1.204.226)	(162.247)	-	-	(1.366.473)	(54.083)	-	-	(1.420.556)	(162.247)	-	(1.582.803)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(809.600)	(45.726)	-	-	(855.326)	(8.994)	-	-	(864.320)	(5.461)	-	(869.781)
Ágio da Spanish e Navytree	(337.535)	-	-	-	(337.535)	-	-	-	(337.535)	-	-	(337.535)
Ágio da Vivo Part.	(837.918)	(125.403)	-	-	(963.321)	(41.799)	-	-	(1.005.120)	(125.402)	-	(1.130.522)
Ágio da GVTPart.	-	(348.152)	-	-	(348.152)	(174.076)	-	-	(522.228)	(522.228)	-	(1.044.456)
Lei da Inovação tecnológica	(193.146)	44.854	-	-	(148.292)	7.352	-	-	(140.940)	30.612	-	(110.328)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias (3)	(757)	37.704	(92)	31.019	67.874	21.722	64	(1.516)	88.144	(103.647)	(136)	(15.639)
<b>Total</b>	<b>(155.951)</b>	<b>(269.733)</b>	<b>1.866</b>	<b>705.367</b>	<b>281.549</b>	<b>(445.660)</b>	<b>76.932</b>	<b>(1.516)</b>	<b>(88.695)</b>	<b>(731.057)</b>	<b>236</b>	<b>(819.516)</b>
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>3.535.671</b>				<b>4.487.737</b>				<b>4.425.658</b>			<b>4.530.418</b>
<b>Passivo fiscal diferido</b>	<b>(3.691.622)</b>				<b>(4.206.188)</b>				<b>(4.514.353)</b>			<b>(5.349.934)</b>
<b>Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido</b>	<b>(155.951)</b>				<b>281.549</b>				<b>(88.695)</b>			<b>(819.516)</b>
<b>Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:</b>												
<b>Ativo fiscal diferido</b>	-				<b>281.549</b>				-			-
<b>Passivo fiscal diferido</b>	<b>(155.951)</b>				-				<b>(88.695)</b>			<b>(819.516)</b>

	Consolidado												
	Saldos em 31.12.15	Demonstração dos resultados	Resultados abrangentes	Saldos em 30.09.16	Demonstração dos resultados	Resultados abrangentes	Outros	Saldos em 31.12.16	Demonstração dos resultados	Resultados abrangentes	Combinação de negócios (nota 1e)	Outros	Saldos em 30.09.17
<b>Ativo (passivo) diferido</b>													
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	26.519	(13.382)	-	13.137	934	-	-	14.071	303.726	-	69.451	-	387.248
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	685.071	(282.707)	1.866	404.230	(466.262)	76.974	(1.516)	13.426	(904.422)	236	48.434	(87)	(842.413)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.954.236	210.433	-	2.164.669	65.667	-	-	2.230.336	32.805	-	-	-	2.263.141
Fornecedores e outras provisões	687.124	86.376	-	773.500	(96.377)	-	-	677.123	51.661	-	-	-	728.784
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	447.018	82.895	-	529.913	(171.108)	-	-	358.805	64.601	-	-	-	423.406
Carteira de clientes e marcas	343.107	(14.523)	-	328.584	(15.492)	-	-	313.092	(41.220)	-	-	-	271.872
Perdas estimadas de modems e outros ativos imobilizados	294.945	(2.584)	-	292.361	(7.684)	-	-	284.677	(73.835)	-	-	-	210.842
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	26.285	4.176	-	30.461	(2.543)	80.501	-	108.419	10.407	-	-	-	118.826
Participação nos resultados	106.198	(15.162)	-	91.036	34.220	-	-	125.256	(32.391)	-	-	-	92.865
Provisão para programa de fidelização	32.604	(13.331)	-	19.273	(161)	-	-	19.112	3.850	-	-	-	22.962
Depreciação acelerada contábil	10.865	(2.021)	-	8.844	15.189	-	-	24.033	(74)	-	-	-	23.959
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	10.707	(188)	-	10.519	1.680	-	-	12.099	(2.914)	-	-	-	9.185
Operações com derivativos	59.408	36.953	1.958	98.319	(34.595)	(3.591)	-	60.133	4.418	372	-	-	64.923
Licença	(1.204.226)	(162.247)	-	(1.366.473)	(54.083)	-	-	(1.420.556)	(162.247)	-	-	-	(1.582.803)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(809.600)	(45.726)	-	(855.326)	(8.994)	-	-	(864.320)	(5.461)	-	-	-	(869.781)
Ágio da Spanish e Navtree	(337.535)	-	-	(337.535)	-	-	-	(337.535)	-	-	-	-	(337.535)
Ágio da Vivo Part.	(837.918)	(125.403)	-	(963.321)	(41.799)	-	-	(1.005.120)	(125.402)	-	-	-	(1.130.522)
Ágio da GVTPart.	-	(348.152)	-	(348.152)	(174.076)	-	-	(522.228)	(522.228)	-	-	-	(1.044.456)
Lei da Inovação tecnológica	(193.146)	44.854	-	(148.292)	7.352	-	-	(140.940)	30.612	-	-	-	(110.328)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias (3)	94.999	(19.057)	(92)	75.850	16.642	64	(1.516)	91.040	(137.004)	(136)	48.434	(87)	2.247
Total do passivo diferido	711.590	(296.089)	1.866	417.367	(465.328)	76.974	(1.516)	27.497	(600.696)	236	117.885	(87)	(455.165)
Ativo fiscal diferido	4.153.054			4.616.058				4.541.952					4.894.879
Passivo fiscal diferido	(3.441.464)			(4.198.691)				(4.514.455)					(5.350.044)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	711.590			417.367				27.497					(455.165)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:													
Ativo fiscal diferido	711.590			417.367				27.497					364.351
Passivo fiscal diferido	-			-				-					(819.516)

- (1) Refere-se aos montantes registrados, que conforme a legislação tributária brasileira, poderão ser compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição. Após a aquisição da Terra Networks pela TData e, baseado nas sinergias comerciais e operacionais provenientes da integração desta operação, foi elaborado um novo plano estratégico para os próximos 10 anos para a Terra Networks onde esta projeção indicou uma geração de lucros tributáveis, suficientes para compensar as diferenças temporárias e prejuízos fiscais existentes na Terra Networks (nota 1 e).
- (2) A realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.
- (3) Referem-se a tributos diferidos decorrentes de outras diferenças temporárias, tais como: receitas diferidas, ônus de renovação de licenças, subsídio na venda de aparelhos celulares, entre outras.

Em 30 de setembro de 2017, não foram reconhecidos créditos diferidos ativos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) no livro contábil das controladas indiretas (Innoweb e TGLog) no montante de R\$11.588 (R\$2.993 em 31 de dezembro de 2016), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização dos mesmos.

## 7) DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi analisada pela Companhia e controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos como provável, possível ou remota.



	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Depósitos judiciais				
Tributário	4.017.908	3.698.966	4.172.267	3.758.787
Trabalhista	921.322	1.040.635	940.658	1.051.430
Cível	1.177.078	1.107.929	1.180.098	1.109.001
Regulatório	198.282	276.604	198.282	276.604
<b>Total</b>	<b>6.314.590</b>	<b>6.124.134</b>	<b>6.491.305</b>	<b>6.195.822</b>
Bloqueios judiciais	145.811	152.948	149.102	155.744
<b>Total</b>	<b>6.460.401</b>	<b>6.277.082</b>	<b>6.640.407</b>	<b>6.351.566</b>
Circulante	305.386	302.349	305.525	302.424
Não circulante	6.155.015	5.974.733	6.334.882	6.049.142

As informações relativas às naturezas dos depósitos judiciais tributários são as mesmas da nota explicativa 9) Depósitos e Bloqueios Judiciais, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia e suas controladas mantinham diversos depósitos judiciais tributários, perfazendo o montante consolidado de R\$4.172.267 (R\$3.758.787 em 31 de dezembro de 2016). Na nota 17, apresentamos maiores detalhes sobre os assuntos que originaram os depósitos judiciais mais significativos.

A seguir, demonstramos a composição dos saldos em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 dos depósitos judiciais tributários (segregados e sumarizados por tributo).

	Consolidado	
	30.09.17	31.12.16
Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação ("EBC")	1.220.441	1.053.867
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")	1.145.195	1.095.789
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")	512.072	449.988
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")	479.964	456.977
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE")	275.027	176.557
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS")	260.056	212.652
Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho ("SAT") e Verbas para Terceiros ("INSS")	121.614	128.458
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")	45.375	73.848
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	28.635	35.570
Outros impostos, taxas e contribuições	83.888	75.081
<b>Total</b>	<b>4.172.267</b>	<b>3.758.787</b>

## 8) DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Taxa fistel (1)	267.536	-	267.536	-
Propaganda e publicidade	90.311	258.212	91.258	258.212
Seguros	44.383	39.008	44.753	39.558
Aluguéis	31.302	19.276	31.302	19.276
Manutenção de <i>software</i> e redes	35.348	10.204	37.666	12.283
Tributos, encargos financeiros, pessoal e outras despesas antecipadas (2)	65.619	45.148	76.804	50.193
<b>Total</b>	<b>534.499</b>	<b>371.848</b>	<b>549.319</b>	<b>379.522</b>
Circulante	509.746	336.508	521.540	343.092
Não circulante	24.753	35.340	27.779	36.430

(1) Refere-se a parcela remanescente dos valores de Taxa de Fiscalização e Funcionamento, pagos em março de 2017, tendo como base o exercício de 2016, que serão amortizados para o resultado até o final do exercício.

(2) Em 30 de setembro de 2017, o montante consolidado inclui R\$29.021 referente a IPTU e ônus de renovação das licenças do SMP e STFC, que serão amortizados para o resultado até o final do exercício.

## 9) OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Adiantamentos a empregados e fornecedores	98.996	81.325	101.008	83.634
Créditos com partes relacionadas (nota 27)	347.243	311.633	150.246	250.679
Crédito com fornecedores	112.176	96.065	112.732	99.166
Subsídio na venda de aparelhos celulares	15.742	30.491	15.742	30.491
Superávit de planos de benefícios pós-emprego (nota 29)	9.441	8.838	9.672	9.041
Outros valores a realizar	39.738	20.391	48.808	22.649
<b>Total</b>	<b>623.336</b>	<b>548.743</b>	<b>438.208</b>	<b>495.660</b>
Circulante	544.090	495.380	356.346	440.095
Não circulante	79.246	53.363	81.862	55.565

## 10) INVESTIMENTOS

### a) Informações das Investidas

As informações relativas às investidas são as mesmas da nota explicativa 12) Investimentos, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

A seguir, demonstramos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas nas quais a Companhia possui participação.



	Em 30.09.17					Em 31.12.16				
	Controladas integrais consolidadas		Controladas em Conjunto			Controladas integrais consolidadas		Controladas em Conjunto		
	TData	POP	Cia ACT	Cia AIX	Aliança	TData	POP	Cia ACT	Cia AIX	Aliança
<b>Participação no capital social</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>50,00%</b>	<b>50,00%</b>	<b>50,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>50,00%</b>	<b>50,00%</b>	<b>50,00%</b>
<b>Resumo do Balanço Patrimonial:</b>										
Ativo circulante	2.076.464	32.145	16	24.083	158.083	1.414.039	27.407	15	20.337	145.121
Ativo não circulante	703.483	52.396	-	11.686	-	362.195	52.016	-	12.879	-
<b>Total do ativo</b>	<b>2.779.947</b>	<b>84.541</b>	<b>16</b>	<b>35.769</b>	<b>158.083</b>	<b>1.776.234</b>	<b>79.423</b>	<b>15</b>	<b>33.216</b>	<b>145.121</b>
Passivo circulante	892.045	47.918	2	4.554	73	633.631	49.535	1	4.029	101
Passivo não circulante	180.984	27	-	4.723	-	63.139	-	-	5.415	-
Patrimônio líquido	1.706.918	36.596	14	26.492	158.010	1.079.464	29.888	14	23.772	145.020
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.779.947</b>	<b>84.541</b>	<b>16</b>	<b>35.769</b>	<b>158.083</b>	<b>1.776.234</b>	<b>79.423</b>	<b>15</b>	<b>33.216</b>	<b>145.121</b>
<b>Valor contábil do investimento</b>	<b>1.706.918</b>	<b>36.596</b>	<b>7</b>	<b>13.246</b>	<b>79.005</b>	<b>1.079.464</b>	<b>29.888</b>	<b>7</b>	<b>11.886</b>	<b>72.510</b>

  

	Em 30.09.17					Em 30.09.16				
	Controladas integrais consolidadas		Controladas em Conjunto			Controladas integrais consolidadas		Controladas em Conjunto		
	TData	POP	Cia ACT	Cia AIX	Aliança	TData	POP (2)	Cia ACT	Cia AIX	Aliança
<b>Resumo da Demonstração de Resultados:</b>										
Receita operacional líquida	2.515.027	22.014	62	34.146	-	1.866.828	24.485	1.531.692	59	31.778
Custos e despesas operacionais	(1.160.069)	(12.236)	(62)	(31.886)	(14)	(1.091.086)	(14.689)	(1.300.347)	(54)	(30.597)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	67.862	1.127	-	1.019	18	63.800	1.753	(41.146)	-	1.237
Imposto de renda e contribuição social	(351.749)	(4.197)	-	(559)	-	(288.651)	(4.867)	(57.958)	(1)	(338)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período</b>	<b>1.071.071</b>	<b>6.708</b>	<b>-</b>	<b>2.720</b>	<b>4</b>	<b>550.891</b>	<b>6.682</b>	<b>132.241</b>	<b>4</b>	<b>2.080</b>
<b>Valor da equivalência patrimonial, conforme participação societária</b>	<b>1.071.071</b>	<b>6.708</b>	<b>-</b>	<b>1.360</b>	<b>2</b>	<b>550.891</b>	<b>6.682</b>	<b>132.241</b>	<b>2</b>	<b>1.040</b>

(1) Compreende o resultado consolidado da GVTPart para o período de 01/01 a 31/03/16.

(2) Compreende o resultado consolidado da POP para o período de 01/04 a 30/06/16. Até 31/03/16, a POP era controlada indireta da GVTPart.

## b) Movimentação dos Investimentos

	Controladas integrais consolidadas			Controladas em conjunto				Mais valia dos ativos líquidos adquiridos (nota 1c)	Outros investimentos (2)	Total de investimentos na controladora	Eliminações	Total de investimentos no consolidado
	TDData	POP	GVTPart	Aliança	AIX	ACT	Ágios (1)					
<b>Saldos em 31.12.15</b>	<b>1.056.305</b>	-	<b>7.674.444</b>	<b>89.799</b>	<b>10.099</b>	<b>4</b>	<b>13.049.199</b>	<b>2.461.583</b>	<b>1.259</b>	<b>24.342.692</b>	<b>(24.241.531)</b>	<b>101.161</b>
Resultado de equivalência patrimonial	550.891	6.682	132.241	(45)	1.040	2	-	(67.641)	-	623.170	(622.173)	997
Incorporação (nota 1d)	-	22.590	(7.806.685)	-	-	-	(12.837.141)	(2.393.942)	-	(23.015.178)	23.015.178	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(749.395)	-	-	-	489	-	-	-	-	(748.906)	749.395	489
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(13.250)	-	-	-	-	270	(12.980)	-	(12.980)
<b>Saldos em 30.09.16</b>	<b>857.801</b>	<b>29.272</b>	-	<b>76.504</b>	<b>11.628</b>	<b>6</b>	<b>212.058</b>	-	<b>1.529</b>	<b>1.188.798</b>	<b>(1.099.131)</b>	<b>89.667</b>
Resultado de equivalência patrimonial	221.743	616	-	(12)	258	1	-	-	-	222.606	(222.359)	247
Outros resultados abrangentes	(80)	-	-	(3.982)	-	-	-	-	(187)	(4.249)	80	(4.169)
<b>Saldos em 31.12.16</b>	<b>1.079.464</b>	<b>29.888</b>	-	<b>72.510</b>	<b>11.886</b>	<b>7</b>	<b>212.058</b>	-	<b>1.342</b>	<b>1.407.155</b>	<b>(1.321.410)</b>	<b>85.745</b>
Resultado de equivalência patrimonial	1.071.071	6.708	-	2	1.360	-	-	-	-	1.079.141	(1.077.779)	1.362
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(384.588)	-	-	-	-	-	-	-	-	(384.588)	384.588	-
Efeitos no patrimônio da Data pela aquisição da Terra Networks (nota 1e)	(59.029)	-	-	-	-	-	-	-	-	(59.029)	59.029	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	6.493	-	-	-	-	400	6.893	-	6.893
<b>Saldos em 30.09.17</b>	<b>1.706.918</b>	<b>36.596</b>	-	<b>79.005</b>	<b>13.246</b>	<b>7</b>	<b>212.058</b>	-	<b>1.742</b>	<b>2.049.572</b>	<b>(1.955.572)</b>	<b>94.000</b>

(1) Ágios: (i) R\$212.058 oriundo da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira, vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding (TDBH) em 2006; e (ii) R\$12.837.141 da aquisição da GVTPart em 2015 (nota 1c).

(2) Os valores de outros investimentos (incentivos fiscais e participações acionárias) estão avaliados pelo valor justo.

## 11) IMOBILIZADO, LÍQUIDO

### a) Composição e Movimentação

	Controladora								
	Equipamentos de comutação	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos terminais / modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento	Total
Saldos e movimentações:									
Saldo em 31.12.15	2.796.041	11.680.029	1.530.793	3.371.532	313.105	711.085	(155.277)	1.771.768	22.019.076
Adições	1.364	224.862	63.341	42.062	-	182.511	(11.359)	3.519.072	4.021.853
Baixas líquidas (2)	(1.159)	(14.060)	(213)	(98.700)	(201)	(391)	2.994	(19.141)	(130.871)
Transferências líquidas	473.263	1.837.554	525.172	283.949	-	(44.578)	(2)	(3.133.071)	(57.713)
Depreciação (nota 23)	(462.401)	(1.577.051)	(929.502)	(377.717)	-	(208.052)	-	-	(3.554.723)
Incorporação (nota 1d)	1.039.161	5.269.872	1.572.567	428.622	2.601	159.039	(331.956)	221.157	8.361.063
Saldo em 30.09.16	3.846.269	17.421.206	2.762.158	3.649.748	315.505	799.614	(495.600)	2.359.785	30.658.685
Adições	-	129.065	25.312	115.039	215	121.665	(8.499)	2.002.114	2.384.911
Baixas líquidas	-	(5.228)	(254)	(179)	(1)	(360)	18.714	(17.347)	(4.655)
Transferências líquidas	169.891	1.212.633	168.195	77.956	-	6.340	(1)	(1.643.682)	(8.668)
Depreciação	(63.677)	(478.534)	(374.232)	(127.070)	-	(149.211)	-	-	(1.192.724)
Saldo em 31.12.16	3.952.483	18.279.142	2.581.179	3.715.494	315.719	778.048	(485.386)	2.700.870	31.837.549
Adições	-	26.974	93.740	59.964	550	157.492	(30.317)	4.141.241	4.449.644
Baixas líquidas	(569)	(71.400)	(5.740)	(6.481)	(1.914)	(1.842)	63.880	(12.832)	(36.898)
Transferências líquidas	633.700	1.898.412	1.003.391	398.917	-	3.834	132.579	(4.063.776)	7.057
Depreciação (nota 23)	(438.869)	(1.792.921)	(1.049.402)	(407.043)	-	(236.992)	-	-	(3.925.227)
Saldo em 30.09.17	4.146.745	18.340.207	2.623.168	3.760.851	314.355	700.540	(319.244)	2.765.503	32.332.125
Em 31.12.16									
Custo	20.051.571	50.730.016	15.246.317	14.944.006	315.719	4.181.817	(485.386)	2.700.870	107.684.930
Depreciação acumulada	(16.099.088)	(32.450.874)	(12.665.138)	(11.228.512)	-	(3.403.769)	-	-	(75.847.381)
Total	3.952.483	18.279.142	2.581.179	3.715.494	315.719	778.048	(485.386)	2.700.870	31.837.549
Em 30.09.17									
Custo	20.706.517	52.370.887	16.324.100	15.377.759	314.355	4.327.198	(319.244)	2.765.503	111.867.075
Depreciação acumulada	(16.559.772)	(34.030.680)	(13.700.932)	(11.616.908)	-	(3.626.658)	-	-	(79.534.950)
Total	4.146.745	18.340.207	2.623.168	3.760.851	314.355	700.540	(319.244)	2.765.503	32.332.125

	Consolidado								Total
	Equipamentos de comutação	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos terminais / modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento	
<b>Saldos e movimentações:</b>									
Saldo em 31.12.15	3.958.959	16.977.004	3.146.109	3.655.951	315.705	1.066.452	(494.149)	1.850.734	30.476.765
Adições	16.135	489.397	178.309	43.680	-	156.777	(11.459)	3.523.653	4.396.492
Baixas líquidas (2)	(2.793)	(16.216)	(562)	(99.258)	(201)	3.417	9.855	(21.612)	(127.370)
Transferências líquidas	392.186	1.698.621	509.378	446.462	-	(166.358)	(2)	(2.981.460)	(101.173)
Depreciação (nota 23)	(518.084)	(1.727.495)	(1.062.965)	(386.563)	-	(227.170)	-	-	(3.922.277)
Saldo em 30.09.16	3.846.403	17.421.311	2.770.269	3.660.272	315.504	833.118	(495.755)	2.371.315	30.722.437
Adições	38	129.065	25.466	115.401	215	131.889	(8.503)	2.019.745	2.413.316
Baixas líquidas	-	(5.227)	(254)	(179)	-	(358)	18.684	(17.347)	(4.681)
Transferências líquidas	169.892	1.212.633	168.194	77.533	-	6.656	(1)	(1.643.683)	(8.776)
Depreciação	(63.693)	(478.548)	(375.368)	(127.820)	-	(151.949)	-	-	(1.197.378)
Saldo em 31.12.16	3.952.640	18.279.234	2.588.307	3.725.207	315.719	819.356	(485.575)	2.730.030	31.924.918
Adições	-	26.974	93.740	59.964	550	168.027	(30.399)	4.141.825	4.460.681
Baixas líquidas	(569)	(71.400)	(5.740)	(6.757)	(1.914)	(1.793)	63.961	(13.386)	(37.598)
Transferências líquidas	633.700	1.898.412	1.003.391	398.917	-	22.470	132.579	(4.082.412)	7.057
Depreciação (nota 23)	(438.915)	(1.792.961)	(1.051.483)	(409.354)	-	(252.353)	-	-	(3.945.066)
Combinação de negócios (nota 1e)	-	-	-	1.342	-	4.888	-	817	7.047
Saldo em 30.09.17	4.146.856	18.340.259	2.628.215	3.769.319	314.355	760.595	(319.434)	2.776.874	32.417.039
Em 31.12.16									
Custo	20.058.838	50.730.696	15.294.619	15.023.890	315.719	4.308.718	(485.575)	2.730.030	107.976.935
Depreciação acumulada	(16.106.198)	(32.451.462)	(12.706.312)	(11.298.683)	-	(3.489.362)	-	-	(76.052.017)
Total	3.952.640	18.279.234	2.588.307	3.725.207	315.719	819.356	(485.575)	2.730.030	31.924.918
Em 30.09.17									
Custo	20.713.784	52.371.567	16.372.399	15.478.183	314.355	4.599.547	(319.434)	2.776.874	112.307.275
Depreciação acumulada	(16.566.928)	(34.031.308)	(13.744.184)	(11.708.864)	-	(3.838.952)	-	-	(79.890.236)
Total	4.146.856	18.340.259	2.628.215	3.769.319	314.355	760.595	(319.434)	2.776.874	32.417.039

- (1) A Companhia e controladas reconheceram perdas estimadas para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.
- (2) As baixas líquidas de "Infraestrutura e Bens e Instalações em Andamento" para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, incluem o montante de R\$99.210 referente à transação de alienação de 1.655 torres de propriedade da Companhia para a Telxius Torres Brasil, sociedade do Grupo Telefônica.

## b) Taxas de Depreciação

No último trimestre de 2016, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, a Companhia realizou em conjunto com uma empresa especializada, avaliações das vidas úteis aplicadas em seus ativos imobilizados por meio do método comparativo direto de dados do mercado. Os trabalhos indicaram a necessidade de mudanças na vida útil e taxas anuais de depreciação de alguns itens das classes de ativos.

A seguir, são apresentadas as taxas de depreciação dos ativos imobilizados da Companhia e Controladas, que são depreciados de forma linear à taxa anual, como segue:

Descrição	Taxas anuais de depreciação (%)			
	Controladora		Consolidado	
	Anterior	Revisada / Atual	Anterior	Revisada / Atual
Equipamentos de comutação	10,00 a 14,29	5,00 a 14,29	8,33 a 20,00	5,00 a 20,00
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 14,29	2,50 a 25,00	2,50 a 25,00	2,50 a 25,00
Equipamentos terminais/modems	10,00 a 66,67	6,67 a 66,67	10,00 a 66,67	6,67 a 66,67
Infraestrutura	2,50 a 66,67	2,50 a 66,67	2,50 a 66,67	2,50 a 66,67
Outros ativos imobilizados	10,00 a 25,00	10,00 a 25,00	10,00 a 66,67	10,00 a 25,00

**c) Bens do Imobilizado em Garantia**

Em 30 de setembro de 2017, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R\$174.803 (R\$203.600 em 31 de dezembro de 2016).

**d) Capitalização de Custos de Empréstimos**

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia e controladas não capitalizaram custos de empréstimos em função de não haver ativos qualificáveis.

**e) Bens Reversíveis**

O contrato de concessão do STFC da Companhia prevê que os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis. Em 30 de setembro de 2017, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R\$8.770.432 (R\$8.813.916 em 31 de dezembro de 2016), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

**f) Arrendamento Financeiro**

A seguir, estão demonstrados os montantes relacionados a arrendamentos financeiros nos quais a Companhia atua como arrendatária, segregados por classe do ativo imobilizado.

		Consolidado					
		30.09.17			31.12.16		
	Taxas anuais de depreciação (%)	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos e meios de transmissão	5,00% a 8,33%	252.233	(48.760)	203.473	223.360	(34.203)	189.157
Infraestrutura	4,00%	72.253	(12.131)	60.122	67.386	(8.822)	58.564
Outros ativos	20,00%	116.945	(96.332)	20.613	145.818	(94.935)	50.883
<b>Total</b>		<b>441.431</b>	<b>(157.223)</b>	<b>284.208</b>	<b>436.564</b>	<b>(137.960)</b>	<b>298.604</b>

## 12) INTANGÍVEL, LÍQUIDO

### a) Composição, Movimentação e Taxas de Amortização

	Controladora								Total
	Vida útil indefinida	Vida útil definida							
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Perdas estimadas para softwares	Softwares em andamento	
Taxa anual de amortização (%)	-	20,00	11,76	5,13	3,60 a 6,67	20,00	-	-	-
Saldos e movimentações:									
Saldo em 31.12.15	10.013.222	2.162.935	861.310	1.242.025	15.635.082	6.495	-	76.471	29.997.540
Adições	-	382.878	-	-	185.450	11.213	-	374.554	954.095
Baixas líquidas	-	(4.555)	-	-	-	-	-	-	(4.555)
Transferências líquidas	-	469.583	-	-	-	(17.110)	-	(394.242)	58.231
Amortização (nota 23)	-	(672.441)	(358.782)	(82.820)	(690.473)	(4.367)	-	-	(1.808.883)
Incorporação (nota 1d)	12.837.141	219.856	2.207.012	22.944	-	56.368	-	-	15.343.321
Saldo em 30.09.16	22.850.363	2.558.256	2.709.540	1.182.149	15.130.059	52.599	-	56.783	44.539.749
Adições	-	232.584	-	-	-	602	(4.550)	145.009	373.645
Baixas líquidas	-	4.552	-	-	-	-	-	-	4.552
Transferências líquidas	-	147.649	-	-	-	(583)	(31)	(138.367)	8.668
Amortização	-	(249.834)	(148.320)	(24.329)	(232.091)	(1.920)	-	-	(656.494)
Saldo em 31.12.16	22.850.363	2.693.207	2.561.220	1.157.820	14.897.968	50.698	(4.581)	63.425	44.270.120
Adições	-	186.591	-	-	-	179	-	655.012	841.782
Baixas líquidas	-	(7.428)	-	-	-	-	4.052	-	(3.376)
Transferências líquidas	-	454.824	-	-	-	(24.265)	31	(437.647)	(7.057)
Amortização (nota 23)	-	(709.686)	(444.960)	(63.154)	(696.272)	(4.364)	-	-	(1.918.436)
Saldo em 30.09.17	22.850.363	2.617.508	2.116.260	1.094.666	14.201.696	22.248	(498)	280.790	43.183.033
Em 31.12.16									
Custo	22.850.363	14.019.938	4.513.278	1.658.897	20.237.572	267.065	(4.581)	63.425	63.605.957
Amortização acumulada	-	(11.326.731)	(1.952.058)	(501.077)	(5.339.604)	(216.367)	-	-	(19.335.837)
Total	22.850.363	2.693.207	2.561.220	1.157.820	14.897.968	50.698	(4.581)	63.425	44.270.120
Em 30.09.17									
Custo	22.850.363	14.646.019	4.513.278	1.658.897	20.237.572	238.197	(498)	280.790	64.424.618
Amortização acumulada	-	(12.028.511)	(2.397.018)	(564.231)	(6.035.876)	(215.949)	-	-	(21.241.585)
Total	22.850.363	2.617.508	2.116.260	1.094.666	14.201.696	22.248	(498)	280.790	43.183.033

	Consolidado								Total
	Vida útil indefinida	Vida útil definida							
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Perdas estimadas para softwares	Softwares em andamento	
Taxa anual de amortização (%)	-	6,67 a 50,00	11,76 a 12,85	5,13 a 66,67	3,60 a 6,67	20,00	-	-	-
Saldos e movimentações:									
Saldo em 31.12.15	23.062.421	2.385.723	3.154.501	1.274.803	15.635.082	18.190	-	76.471	45.607.191
Adições	-	401.821	-	-	185.450	19.194	-	374.554	981.019
Baixas líquidas	-	(4.558)	-	-	-	(15)	-	-	(4.573)
Transferências líquidas	-	468.721	-	-	-	19.791	-	(394.242)	94.270
Amortização (nota 23)	-	(691.984)	(444.961)	(92.654)	(690.473)	(4.558)	-	-	(1.924.630)
Saldo em 30.09.16	23.062.421	2.559.723	2.709.540	1.182.149	15.130.059	52.602	-	56.783	44.753.277
Adições	-	232.707	-	-	-	602	(4.550)	145.009	373.768
Baixas líquidas	-	4.582	-	-	-	4	(31)	-	4.555
Transferências líquidas	-	147.615	-	-	-	(584)	-	(138.367)	8.664
Amortização	-	(250.106)	(148.320)	(24.329)	(232.091)	(1.922)	-	-	(656.768)
Saldo em 31.12.16	23.062.421	2.694.521	2.561.220	1.157.820	14.897.968	50.702	(4.581)	63.425	44.483.496
Adições	-	187.368	-	-	-	179	-	655.012	842.559
Baixas líquidas	-	(7.428)	-	-	-	-	4.052	-	(3.376)
Transferências líquidas	-	454.824	-	-	-	(24.265)	31	(437.647)	(7.057)
Amortização (nota 23)	-	(710.256)	(444.960)	(63.154)	(696.272)	(4.367)	-	-	(1.919.009)
Combinação de negócios (nota 1e)	-	530	-	-	-	-	-	-	530
Saldo em 30.09.17	23.062.421	2.619.559	2.116.260	1.094.666	14.201.696	22.249	(498)	280.790	43.397.143
Em 31.12.16									
Custo	23.062.421	14.062.127	4.513.278	1.658.897	20.237.572	267.074	(4.581)	63.425	63.860.213
Amortização acumulada	-	(11.367.606)	(1.952.058)	(501.077)	(5.339.604)	(216.372)	-	-	(19.376.717)
Total	23.062.421	2.694.521	2.561.220	1.157.820	14.897.968	50.702	(4.581)	63.425	44.483.496
Em 30.09.17									
Custo	23.062.421	14.789.955	4.513.278	1.658.897	20.237.572	238.204	(498)	280.790	64.780.619
Amortização acumulada	-	(12.170.396)	(2.397.018)	(564.231)	(6.035.876)	(215.955)	-	-	(21.383.476)
Total	23.062.421	2.619.559	2.116.260	1.094.666	14.201.696	22.249	(498)	280.790	43.397.143

## b) Composição dos Ágios

	Em 30.09.17 e 31.12.16	
	Controladora	Consolidado
<b>Ajato Telecomunicação Ltda.</b>	149	149
<b>Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (1)</b>	-	212.058
<b>Santo Genovese Participações Ltda. (2)</b>	71.892	71.892
<b>Telefônica Televisão Participações S.A. (3)</b>	780.693	780.693
<b>Vivo Participações S. A. (4)</b>	9.160.488	9.160.488
<b>GVT Participações S. A. (5)</b>	12.837.141	12.837.141
<b>Total</b>	<b>22.850.363</b>	<b>23.062.421</b>

(1) Ágio gerado da cisão parcial Spanish e Figueira, vertido para a Companhia pela incorporação da Telefônica Data Brasil Holding (TDBH) ocorrida em 2006.

(2) Ágio gerado na aquisição da Santo Genovese Participações (controladora da Atrium Telecomunicações) ocorrida em 2004.

(3) Ágio gerado na aquisição/incorporação da Telefônica Televisão Participações (anteriormente Navytree) ocorrida em 2008.

(4) Ágio gerado na aquisição/incorporação da Vivo Participações ocorrida em 2011.

(5) Ágio gerado na aquisição da GVT Participações ocorrida em 2015 (nota 1c).

### 13) PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Salários e remunerações	31.241	54.525	42.796	55.476
Encargos e benefícios sociais	520.480	375.249	546.824	384.073
Participação de empregados nos resultados	200.181	282.134	206.800	285.887
Planos de remuneração baseados em ações (nota 28)	49.138	45.906	49.915	46.223
<b>Total</b>	<b>801.040</b>	<b>757.814</b>	<b>846.335</b>	<b>771.659</b>

Circulante	780.589	746.798	825.290	760.643
Não circulante	20.451	11.016	21.045	11.016

### 14) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Fornecedores diversos (Opex, Capex, Serviços e Mercadorias)	6.116.596	6.270.535	6.454.281	6.617.240
Valores a repassar (operadoras, cobilling)	281.052	314.959	281.052	314.958
Interconexão / interligação (1)	218.047	369.715	218.047	369.715
Partes relacionadas (nota 27)	1.007.165	656.093	337.233	381.240
<b>Total</b>	<b>7.622.860</b>	<b>7.611.302</b>	<b>7.290.613</b>	<b>7.683.153</b>

Circulante	7.622.860	7.539.395	7.290.613	7.611.246
Não circulante	-	71.907	-	71.907

(1) Em 31 de dezembro de 2016, o montante registrado como não circulante, referia-se a uma demanda judicial movida contra operadoras de SMP com o pleito de redução do valor de VU-M. Em 15 de outubro de 2007, obteve-se uma liminar para proceder o depósito judicial da diferença entre o valor do minuto de ligação e o valor efetivamente cobrado pelas operadoras de SMP. Em maio de 2017, o montante atualizado de R\$71.956 foi levantado a favor de uma das operadoras, após a composição de acordo entre as partes.

### 15) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Imposto de renda e contribuição social	-	-	89.930	11.520
ICMS	1.223.299	1.187.244	1.271.995	1.226.172
PIS e COFINS	313.053	371.838	382.619	412.149
Fust e Funttel	93.323	92.828	93.323	92.828
ISS, CIDE e outros tributos	67.172	67.420	76.824	77.193
<b>Total</b>	<b>1.696.847</b>	<b>1.719.330</b>	<b>1.914.691</b>	<b>1.819.862</b>

Circulante	1.677.801	1.698.334	1.866.994	1.770.731
Não circulante	19.046	20.996	47.697	49.131

### 16) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)

#### a) Dividendos a Receber

Em agosto de 2017, a Companhia recebeu o montante de R\$384.588 da TData, referente a dividendos adicionais do exercício de 2016, aprovados em Assembleia Geral Ordinária da TData, realizada em 17 de abril de 2017.



**b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar****b.1) Composição:**

	Controladora / Consolidado	
	30.09.17	31.12.16
Telefônica Latinoamérica Holding, S.L.	792.306	454.583
Telefônica S.A.	954.061	547.390
SP Telecomunicações Participações Ltda	601.467	345.090
Telefônica Chile S.A.	1.677	962
Acionistas não controladores	1.175.944	847.006
<b>Total</b>	<b>3.525.455</b>	<b>2.195.031</b>

**b.2) Movimentação:**

	Controladora/ Consolidado
<b>Saldo em 31.12.16</b>	<b>2.195.031</b>
Dividendos complementares de 2016	1.913.987
JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	790.500
Prescrição de dividendos e JSCP	(72.840)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(1.304.161)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	2.938
<b>Saldo em 30.09.17</b>	<b>3.525.455</b>

Em 9 de maio de 2017, a Companhia comunicou aos acionistas que realizará os pagamentos dos juros sobre o capital próprio e dividendos referentes ao exercício social de 2016, conforme abaixo:

Natureza	Datas			Valor Bruto			Valor Líquido			Valor por Ação (1)	
	Aprovação	Crédito	Início do Pagamento	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)
JSCP	19/02/16	29/02/16	22/08/17	63.239	136.761	200.000	53.753	116.247	170.000	0,094411	0,103853
JSCP	18/03/16	31/03/16	22/08/17	106.559	230.441	337.000	90.575	195.875	286.450	0,159083	0,174992
JSCP	18/04/16	29/04/16	22/08/17	69.563	150.437	220.000	59.129	127.871	187.000	0,103853	0,114238
JSCP	17/06/16	30/06/16	22/08/17	50.908	110.092	161.000	43.272	93.578	136.850	0,076001	0,083601
JSCP	19/09/16	30/09/16	22/08/17	205.528	444.472	650.000	174.699	377.801	552.500	0,306837	0,337521
JSCP	19/12/16	30/12/16	13/12/17	191.029	413.116	604.145	162.375	351.149	513.523	0,285191	0,313710
Dividendos	26/04/17	26/04/17	13/12/17	605.198	1.308.789	1.913.987	514.418	1.112.471	1.626.889	1,062955	1,169250
<b>Total</b>				<b>1.292.024</b>	<b>2.794.108</b>	<b>4.086.132</b>	<b>1.098.220</b>	<b>2.374.992</b>	<b>3.473.212</b>		

(1) Os valores de JSCP estão calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte (IRRF). Os acionistas imunes receberam os juros sobre o capital próprio integral, sem retenção de imposto de renda na fonte.

(2) Os valores brutos e líquidos referentes às ações preferenciais são 10% maiores que os atribuídos a cada ação ordinária, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em três anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida a lucros acumulados, para posterior distribuição (nota 21 d.3).

**17) PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS**

A Companhia e controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e controladas, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.



A seguir, demonstramos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente e provisão para desmantelamento.

	Controladora						Total
	Provisões para demandas judiciais					Provisão para desmantelamento (2)	
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório	Passivo contingente (PPA) (1)		
<b>Saldos em 31.12.15</b>	<b>1.140.492</b>	<b>2.684.924</b>	<b>965.730</b>	<b>595.028</b>	<b>286.983</b>	<b>298.751</b>	<b>5.971.908</b>
Ingressos (resultado)	381.911	120.385	518.293	91.124	7.835	-	1.119.548
Baixas por reversão (resultado)	(64.178)	(41.428)	(279.742)	(7.016)	(13.733)	(1.766)	(407.863)
Ingressos (reversões), exceto resultado	-	100.314	7.360	-	-	30.983	138.657
Baixas por pagamento	(289.855)	(135.888)	(377.020)	(1.980)	-	-	(804.743)
Atualização monetária	115.190	231.246	184.331	53.798	42.068	15.940	642.573
Incorporação (nota 1d)	35.236	14.597	46.284	51.701	555.486	89.541	792.845
<b>Saldos em 30.09.16</b>	<b>1.318.796</b>	<b>2.974.150</b>	<b>1.065.236</b>	<b>782.655</b>	<b>878.639</b>	<b>433.449</b>	<b>7.452.925</b>
Ingressos (resultado)	206.193	6.053	156.440	32.408	(7.835)	-	393.259
Baixas por reversão (resultado)	(83.895)	(10.413)	(61.548)	(3.535)	5.684	(18.785)	(172.492)
Ingressos (reversões), exceto resultado	-	-	466	-	-	131.645	132.111
Baixas por pagamento	(104.618)	(10.740)	(149.833)	(581)	(11.240)	-	(277.012)
Atualização monetária	38.094	150.756	27.469	17.987	16.497	(4.478)	246.325
<b>Saldos em 31.12.16</b>	<b>1.374.570</b>	<b>3.109.806</b>	<b>1.038.230</b>	<b>828.934</b>	<b>881.745</b>	<b>541.831</b>	<b>7.775.116</b>
Ingressos (resultado)	669.768	203.823	577.066	73.140	-	-	1.523.797
Baixas por reversão (resultado)	(460.486)	(59.047)	(223.503)	(52.924)	(87.454)	-	(883.414)
Ingressos (reversões), exceto resultado	-	100.252	(1.129)	-	-	14.912	114.035
Baixas por pagamento	(664.263)	(146.094)	(418.812)	(4.556)	-	-	(1.233.725)
Baixas por compensação de tributos (3)	-	(66.027)	-	-	-	-	(66.027)
Atualização monetária	116.148	307.422	94.765	78.838	45.347	11.331	653.851
<b>Saldos em 30.09.17</b>	<b>1.035.737</b>	<b>3.450.135</b>	<b>1.066.617</b>	<b>923.432</b>	<b>839.638</b>	<b>568.074</b>	<b>7.883.633</b>
Em 31.12.16							
Circulante	202.113	-	205.831	775.679	-	-	1.183.623
Não circulante	1.172.457	3.109.806	832.399	53.255	881.745	541.831	6.591.493
Em 30.09.17							
Circulante	226.092	-	212.546	850.019	-	-	1.288.657
Não circulante	809.645	3.450.135	854.071	73.413	839.638	568.074	6.594.976

	Consolidado						
	Provisões para demandas judiciais						Total
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório	Passivo contingente (PPA) (1)	Provisão para desmantelamento (2)	
<b>Saldos em 31.12.15</b>	<b>1.166.151</b>	<b>2.736.191</b>	<b>1.010.356</b>	<b>642.695</b>	<b>843.882</b>	<b>405.421</b>	<b>6.804.696</b>
Ingressos (resultado)	404.150	120.392	534.030	94.107	13.163	-	1.165.842
Baixas por reversão (resultado)	(69.565)	(43.203)	(281.468)	(7.016)	(20.101)	(14.140)	(435.493)
Ingressos (reversões), exceto resultado	-	100.314	7.360	-	-	30.983	138.657
Baixas por pagamento	(290.255)	(148.299)	(388.416)	(1.988)	-	-	(828.958)
Atualização monetária	117.020	228.498	184.472	54.858	41.695	15.939	642.482
<b>Saldos em 30.09.16</b>	<b>1.327.501</b>	<b>2.993.893</b>	<b>1.066.334</b>	<b>782.656</b>	<b>878.639</b>	<b>438.203</b>	<b>7.487.226</b>
Ingressos (resultado)	207.626	6.054	156.440	32.407	(13.163)	-	389.364
Baixas por reversão (resultado)	(84.193)	(10.413)	(61.548)	(3.536)	11.013	(18.784)	(167.461)
Ingressos (reversões), exceto resultado	958	-	537	-	-	131.645	133.140
Baixas por pagamento	(106.639)	(10.740)	(149.893)	(592)	(11.240)	-	(279.104)
Atualização monetária	37.704	150.887	27.487	17.999	16.496	(4.477)	246.096
<b>Saldos em 31.12.16</b>	<b>1.382.957</b>	<b>3.129.681</b>	<b>1.039.357</b>	<b>828.934</b>	<b>881.745</b>	<b>546.587</b>	<b>7.809.261</b>
Ingressos (resultado)	674.134	214.095	580.368	73.140	-	-	1.541.737
Baixas por reversão (resultado)	(463.896)	(61.327)	(225.482)	(52.924)	(87.454)	-	(891.083)
Ingressos (reversões), exceto resultado	(116)	100.252	(1.129)	-	-	14.912	113.919
Baixas por pagamento	(666.264)	(155.750)	(419.566)	(4.556)	-	-	(1.246.136)
Baixas por compensação de tributos (3)	-	(66.027)	-	-	-	-	(66.027)
Atualização monetária	117.040	311.947	95.073	78.838	45.347	11.331	659.576
Combinação de negócios (nota 1e)	19.282	87.531	6.061	-	-	-	112.874
<b>Saldos em 30.09.17</b>	<b>1.063.137</b>	<b>3.560.402</b>	<b>1.074.682</b>	<b>923.432</b>	<b>839.638</b>	<b>572.830</b>	<b>8.034.121</b>
Em 31.12.16							
Circulante	202.113	-	205.831	775.679	-	-	1.183.623
Não circulante	1.180.844	3.129.681	833.526	53.255	881.745	546.587	6.625.638
Em 30.09.17							
Circulante	226.092	-	212.546	850.019	-	-	1.288.657
Não circulante	837.045	3.560.402	862.136	73.413	839.638	572.830	6.745.464

- (1) Refere-se aos valores do passivo contingente decorrente do *Purchase Price Allocation* (PPA) gerados na aquisição do controle da Vivo Participações em 2011 e da GVTPart em 2015 (nota 1c).
- (2) Referem-se aos custos a serem incorridos na eventual necessidade de devolver aos proprietários os sites (localidades destinadas a instalações de torres, equipamentos e imóveis) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.
- (3) Refere-se aos valores de tributos sobre prejuízos fiscais utilizados na compensação de provisões tributárias, decorrentes da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) pela Companhia.

#### a) Provisões e Contingências Trabalhistas

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Provisões prováveis	1.035.737	1.374.570	1.063.137	1.382.957
Contingências possíveis	222.590	275.483	276.531	293.146

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados ("PAMA"), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações, em sua maioria, aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e do Tribunal Superior do Trabalho. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Cíveis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foram atribuídos valores ao grau de risco possível referente a estas Ações Cíveis Públicas no quadro acima, pois nestas fases processuais, na hipótese de perda, não há condições de estimar o prejuízo para a Companhia.

#### **b) Provisões e Contingências Tributárias**

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
<b>Provisões prováveis</b>	<b>3.450.135</b>	<b>3.109.806</b>	<b>3.560.402</b>	<b>3.129.681</b>
Federais	416.990	343.353	504.981	343.353
Estaduais	246.236	226.571	246.824	226.571
Municipais	31.623	30.519	31.623	30.519
FUST, FISTEL e EBC	2.755.286	2.509.363	2.776.974	2.529.238
<b>Contingências possíveis</b>	<b>30.466.240</b>	<b>29.539.669</b>	<b>31.826.351</b>	<b>30.050.578</b>
Federais	6.266.429	5.917.148	6.570.187	5.931.022
Estaduais	16.196.302	14.999.333	17.135.554	15.389.802
Municipais	544.270	852.926	550.170	853.244
FUST, FUNTTEL, FISTEL e EBC	7.459.239	7.770.262	7.570.440	7.876.510

##### **b.1) Provisões tributárias prováveis**

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e outros tributos (FUST, FISTEL e EBC), descritos a seguir:

##### *Tributos Federais*

A Companhia e/ou controladas mantêm discussões administrativas e judiciais, sendo as mais relevantes: (i) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como sobre *royalties*; (iii) IRRF sobre juros sobre o capital próprio; (iv) compensação de FINSOCIAL; (v) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98; e (vi) exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS sobre importação.

Em 30 de setembro de 2017, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$504.981 (R\$343.353 em 31 de dezembro de 2016).

##### *Tributos Estaduais*

A Companhia e/ou controladas mantêm discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativas a ICMS, sendo: (i) glosa de créditos de ICMS; (ii) serviços de telecomunicações não tributados pelo ICMS; (iii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (iv) diferencial de alíquota de ICMS; e (v) ICMS sobre locação de infraestrutura necessária aos serviços de *internet* (dados).

Em 30 de setembro de 2017, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$246.824 (R\$226.571 em 31 de dezembro de 2016).

#### Tributos Municipais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, relativas a: (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (iii) retenção de ISS sobre serviços de empreitada.

Em 30 de setembro de 2017, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$31.623 (R\$30.519 em 31 de dezembro de 2016).

#### FUST, FISTEL e EBC

A Companhia e/ou controladas mantêm discussões administrativas e judiciais, relativas a: (i) não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST; (ii) exclusão da base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI") e Taxa de Fiscalização e Funcionamento ("TFF") das estações móveis (celulares) que não são de sua propriedade; e (iii) Contribuição para o fomento da radiodifusão pública (EBC).

Em 30 de setembro de 2017, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$2.776.974 (R\$2.529.238 em 31 de dezembro de 2016).

#### b.2) Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e outros tributos (FUST, FUNTTEL, FISTEL e EBC), descritos a seguir:

#### Tributos Federais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS (contribuição previdenciária) sobre: (a) remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do "Plano Verão" e "Plano Bresser"; (b) SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE) e (c) retenção de 11% (cessão de mão de obra); (iii) IRRF/CIDE sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) IRPJ e CSLL - glosa de custos e despesas diversas não comprovadas; (v) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (vi) PIS / COFINS regime de competência versus regime de caixa; (vii) IRPJ FINOR, FINAN ou FUNRES; (viii) IRPJ e CSLL, glosa das despesas relacionadas ao ágio da reestruturação societária da Terra Networks e da Vivo S.A. e do ágio decorrente das operações de incorporação da Navytreet, TDBH, VivoPart e GVTPart; (ix) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº. 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 28%; (x) IPI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como "*Fixed access unit*" (unidade de acesso fixo); (xi) PIS e COFINS sobre serviços de valor agregado e serviço de assinatura mensal; (xii) INSS - *Stock Options* exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelas empresas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; (xiii) IOF exigência relativa as operações de mútuo, *intercompany* e operações de crédito; e (xiv) glosa de despesas operacionais supostamente não dedutíveis e relacionadas às perdas estimadas para o valor recuperável das contas a receber.

Em 30 de setembro de 2017, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$6.570.187 (R\$5.931.022 em 31 de dezembro de 2016).

#### Tributos Estaduais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) sobre prestação de serviços de facilidades, utilidade e comodidade e locação de bens móveis; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) estorno de crédito de ICMS relativo à obtenção de bens destinados ao ativo imobilizado e cobrança de ICMS na transferência interestadual de bens de ativo imobilizado entre as filiais; (iv) estorno de créditos extemporâneos de ICMS; (v) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o Estado de São Paulo; (vi) *co-billing*; (vii) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (viii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (ix) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares; (x) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (xi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição (descontos incondicionais); (xii) cobrança diferida do ICMS interconexão (Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços - DETRAF); (xiii) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xiv) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (xv) transferências de bens do ativo imobilizado entre estabelecimentos próprios; (xvi) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xvii) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xviii) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xix) multa Detraf; (xx) consumo próprio; (xxi) isenção de órgãos públicos; (xxii) ICMS sobre os valores dados a título de descontos; (xxiii) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco; (xxiv) ICMS sobre assinatura mensal; (xxv) sobre serviços não medidos; e (xxvi) ICMS sobre serviços de publicidade.

Em 30 de setembro de 2017, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$17.135.554 (R\$15.389.802 em 31 de dezembro de 2016).

#### *Tributos Municipais*

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) ISS de atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (ii) ISS sobre retenção na fonte; (iii) IPTU; (iv) taxa de uso do solo; (v) diversas taxas municipais; (vi) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (vii) serviços de publicidade; (viii) serviços prestados por terceiros; (ix) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Latino America Holding; (x) ISS sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; (xi) ISS sobre prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas; e (xii) ISS sobre processamento de dados e congêneres antivírus.

Em 30 de setembro de 2017, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$550.170 (R\$853.244 em 31 de dezembro de 2016).

#### *FUST, FUNTTEL, FISTEL e EBC*

##### *Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")*

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das despesas e receitas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada ("EILD") na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/00, os quais aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 30 de setembro de 2017, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$4.274.654 (R\$4.089.065 em 31 de dezembro de 2016).

##### *Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTTEL")*

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e quaisquer outras decorrentes do uso de recursos integrantes de suas redes na base de cálculo do FUNTTEL, conforme determina a Lei nº 10.052/00 e o Decreto nº 3.737/01, afastando-se assim a aplicação indevida do artigo 4º, §5º, da Resolução nº 95/13.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pelo Ministério das Comunicações em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, recursos integrantes da rede e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 30 de setembro de 2017, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$488.603 (R\$1.190.637 em 31 de dezembro de 2016).

#### Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

Ações judiciais para cobrança da TFI sobre: (a) prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado e (b) prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal.

Em 30 de setembro de 2017, os valores consolidados envolvidos totalizavam R\$2.529.372 (R\$2.352.000 em 31 de dezembro de 2016).

#### Contribuição a Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal ("Sinditelebrasil") discute judicialmente, em nome das associadas, a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08.

Em 30 de setembro de 2017, os valores consolidados envolvidos totalizavam R\$277.811 (R\$244.808 em 31 de dezembro de 2016).

#### **c) Provisões e Contingências Cíveis**

<u>Natureza/Grau de Risco</u>	<u>Valores envolvidos</u>			
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.17</u>	<u>31.12.16</u>	<u>30.09.17</u>	<u>31.12.16</u>
Provisões prováveis	1.066.617	1.038.230	1.074.682	1.039.357
Contingências possíveis	2.795.691	2.573.459	2.815.000	2.574.836

##### c.1) Provisões cíveis prováveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- A Companhia e/ou controladas estão envolvidas em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 30 de setembro de 2017 o montante consolidado provisionado era de R\$319.952 (R\$256.276 em 31 de dezembro de 2016).
- A Companhia e/ou controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumidor nas esferas administrativa e judicial, que tem como objeto a não prestação dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 30 de setembro de 2017 o montante consolidado provisionado era de R\$328.155 (R\$386.699 em 31 de dezembro de 2016).
- A Companhia e/ou controladas são parte em diversas demandas cíveis de naturezas não consumerista nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 30 de setembro de 2017, o montante consolidado provisionado era de R\$426.575 (R\$396.382 em 31 de dezembro de 2016).

##### c.2) Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL (“ASTEL”) no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia (“PAMA”) e em síntese, restabelecimento ao “*status quo*” anterior. O processo está ainda em fase recursal, aguardando julgamento de Agravo de Instrumento interposto pela Companhia contra decisão de admissibilidade dos seus Recursos Especial e Extraordinário interpostos em face da decisão de 2º grau, que reformou a sentença de improcedência. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.
- Ações Cíveis Públicas propostas pela ASTEL no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação (“FENAPAS”), ambas as propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em síntese o “*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*”, que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.
- A Companhia é parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (“PROCON”), bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 30 de setembro de 2017, o montante consolidado era de R\$2.781.941 (R\$2.559.252 em 31 de dezembro de 2016).
- A TGLog (empresa controlada pela TData) é parte no processo de ação de execução cível que tramita na 3ª Vara Cível de Barueri – SP pela alegação do descumprimento contratual de transportes de mercadorias. Em 30 de setembro de 2017, o montante era de R\$172 (R\$1.377 em 31 de dezembro de 2016).
- A Terra Networks é parte em: (i) ação movida por fornecedor referente a transmissão de eventos; (ii) multa do PROCON (ação anulatória); (iii) ação indenização relativa ao uso de conteúdo; (iv) ação ECAD relativa a cobrança de direitos autorais; e (v) ações reclamatórias movidas por ex-assinantes relativas a cobrança não reconhecida, cobrança de valor indevido e descumprimento contratual. Em 30 de setembro de 2017, o montante era de R\$18.680.
- A Companhia vem recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do Serviço de Atendimento ao Consumidor (“SAC”). Atualmente temos algumas ações (processos administrativos e judiciais). Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 o montante era de R\$14.207.
- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda (“Lune”), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca “Bina”. Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.



Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (“Bina”), com multa diária de R\$10.000,00 (Dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Companhia ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença, que foi provido no dia 30 de junho de 2016 pela 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para anular a sentença de primeiro grau e remeter o processo para a primeira instância para realização de uma nova perícia. No presente momento, aguardamos o julgamento do agravo regimental interposto contra decisão anterior ao acórdão, que rejeitou o pedido de ingresso dos antigos advogados da Lune como assistentes da parte autora. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

- A Companhia, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são rés em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria, apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo estão em conformidade com as normas da ANATEL.

#### **d) Provisões e Contingências Regulatórias**

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
<u>Natureza/Grau de Risco</u>	<u>30.09.17</u>	<u>31.12.16</u>	<u>30.09.17</u>	<u>31.12.16</u>
Provisões prováveis	923.432	828.934	923.432	828.934
Contingências possíveis	5.168.733	5.018.205	5.168.733	5.018.205

##### **d.1) Provisões regulatórias prováveis**

A Companhia figura como parte em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 30 de setembro de 2017, o montante consolidado provisionado era de R\$923.432 (R\$828.934 em 31 de dezembro de 2016).

##### **d.2) Contingências regulatórias possíveis**

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

- A Companhia mantém processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 30 de setembro de 2017 o montante consolidado era de R\$5.168.733 (R\$5.018.205 em 31 de dezembro de 2016).
- Processos administrativos e judiciais que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre parte de suas receitas em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também as receitas de interconexão e outras receitas operacionais, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.



Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão e outras receitas operacionais não devem integrar a base de cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Companhia, no âmbito administrativo e judicial, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

### d.3) Termo de ajustamento de conduta ("TAC")

O Conselho Diretor da ANATEL aprovou, no dia 27 de outubro de 2016, o TAC da Companhia. Em 27 de setembro de 2017, este instrumento foi julgado pelo Tribunal de Contas da União ("TCU"), com a determinação de cumprimento de condicionantes para o prosseguimento da análise do instrumento.

### e) Garantias

A Companhia e controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Consolidado					
	30.09.17			31.12.16		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	174.803	6.640.407	1.754.950	203.600	6.351.566	1.948.088
<b>Total</b>	<b>174.803</b>	<b>6.640.407</b>	<b>1.754.950</b>	<b>203.600</b>	<b>6.351.566</b>	<b>1.948.088</b>

Em 30 de setembro de 2017, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e controladas possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante consolidado de R\$73.664 (R\$67.393 em 31 de dezembro de 2016).

## 18) RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Serviços (1)	321.862	389.706	321.862	389.706
Alienação de ativos imobilizados (2)	219.136	227.397	219.136	227.397
Receita de habilitação (3)	9.733	44.117	10.215	44.914
Programa de fidelização (4)	67.533	56.210	67.533	56.210
Subvenções governamentais (5)	119.144	133.300	119.144	133.300
Doações de equipamentos (6)	8.343	8.044	8.343	8.044
Outras receitas (7)	76.576	81.500	76.576	82.068
<b>Total</b>	<b>822.327</b>	<b>940.274</b>	<b>822.809</b>	<b>941.639</b>
Circulante	414.555	428.488	415.037	429.853
Não circulante	407.772	511.786	407.772	511.786

- (1) Refere-se principalmente aos saldos de recargas de pré-pagos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes. Inclui também, o saldo do contrato que a Companhia celebrou para a exploração industrial de rede móvel, de sua propriedade, por outra operadora do SMP nas Regiões I, II e III do plano geral de autorizações, a qual se destina, exclusivamente, à prestação do SMP pela operadora a seus clientes.
- (2) Inclui os saldos líquidos dos valores residuais da alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, que são transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.
- (3) Refere-se ao diferimento da receita de habilitação (fixa) reconhecida no resultado ao longo do período estimado de permanência do cliente na base.
- (4) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Companhia mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. O saldo representa a estimativa da Companhia para troca por pontos, por parte dos clientes, por mercadorias e/ou serviços no futuro.
- (5) Refere-se aos valores de: i) subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de linha de financiamento junto ao BNDES, utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos e; ii) subvenções decorrentes de projetos relativos a tributos estaduais, que estão sendo amortizados pelos prazos contratuais.

- (6) Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.
- (7) Inclui valores do processo de ressarcimento pelos custos de desocupação das subfaixas de radiofrequência 2.500MHz a 2.690MHz em decorrência da desativação do Serviço de Distribuição Multiponto Multicanal (MMDS).

## 19) EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

### a) Empréstimos e Financiamentos

Em 30 de setembro de 2017, as condições contratuais dos empréstimos e financiamentos são as mesmas da nota explicativa 21) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, exceto pelas captações ocorridas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, descritas no item a.1).

Controladora / Consolidado										
Informações em 30 de setembro de 2017					30.09.17			31.12.16		
Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Garantias		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Moeda Local</b>					<b>1.267.651</b>	<b>2.427.199</b>	<b>3.694.850</b>	<b>1.480.382</b>	<b>2.901.521</b>	<b>4.381.903</b>
<b>Instituições Financeiras (a.1)</b>					<b>787.863</b>	<b>1.638.716</b>	<b>2.426.579</b>	<b>711.848</b>	<b>2.158.303</b>	<b>2.870.151</b>
BNDES FINEM - Contrato 11.2.0814.1	URTJLP	TJLP+ 0 a 4,08%	15/07/19	(1)	372.458	305.185	677.643	363.734	567.110	930.844
BNDES FINEM - Contrato 08.2.1073.1	URTJLP	TJLP+ 2,05% a 2,95%	15/06/17	(3)	-	-	-	29.319	-	29.319
BNDES FINEM - Contrato 11.2.0963.1	URTJLP	TJLP+ 0 a 3,38%	15/08/20	(3)	183.613	348.256	531.869	182.737	480.510	663.247
BNDES FINEM - Contrato 11.2.0963.1	R\$	5,00%	15/11/19	(3)	14.658	17.026	31.684	14.686	27.971	42.657
BNDES FINEM - Contrato 14.2.1192.1	URTJLP	TJLP+ 0 a 3,12%	15/01/23	(3)	76.045	436.482	512.527	7.596	499.442	507.038
BNDES FINEM - Contrato 14.2.1192.1	R\$	4,00% a 6,00%	15/01/23	(3)	31.001	130.329	161.330	12.320	163.222	175.542
BNDES FINEM - Contrato 14.2.1192.1	R\$	Selic Acum. D-2 + 2,32%	15/01/23	(3)	50.863	319.037	369.900	1.408	340.600	342.008
BNDES PSI	R\$	2,5% a 5,5%	15/01/23	(2)	44.140	23.951	68.091	92.508	44.698	137.206
BNB	R\$	7,06% a 10%	18/08/22	(4)	15.085	58.450	73.535	7.540	34.750	42.290
<b>Fornecedores (a.2)</b>					<b>439.683</b>	<b>-</b>	<b>439.683</b>	<b>722.591</b>	<b>-</b>	<b>722.591</b>
<b>Arrendamento Financeiro (a.3)</b>					<b>40.105</b>	<b>348.087</b>	<b>388.192</b>	<b>45.943</b>	<b>328.485</b>	<b>374.428</b>
<b>Contraprestação Contingente (a.4)</b>					<b>-</b>	<b>440.396</b>	<b>440.396</b>	<b>-</b>	<b>414.733</b>	<b>414.733</b>
<b>Moeda Estrangeira</b>					<b>725.757</b>	<b>113.925</b>	<b>839.682</b>	<b>1.062.593</b>	<b>225.271</b>	<b>1.287.864</b>
<b>Instituições Financeiras (a.1)</b>					<b>725.757</b>	<b>113.925</b>	<b>839.682</b>	<b>1.062.593</b>	<b>225.271</b>	<b>1.287.864</b>
BNDES FINEM - Contrato 11.2.0814.1	UMBND	ECM + 2,38%	15/07/19	(1)	136.386	113.925	250.311	136.850	225.271	362.121
Resolução 4131 - Scotiabank e Bank of America	US\$	2,05% e Libor + 2,00%	18/12/17		589.371	-	589.371	925.743	-	925.743
<b>Total</b>					<b>1.993.408</b>	<b>2.541.124</b>	<b>4.534.532</b>	<b>2.542.975</b>	<b>3.126.792</b>	<b>5.669.767</b>

### Garantias

- (1) Garantia em recebíveis correspondente a 15% do saldo devedor ou quatro vezes o valor da maior prestação, o que for superior.
- (2) Alienação dos ativos financiados.
- (3) Cessão de recebíveis correspondente a 20% do saldo devedor ou 1 vez a última prestação do subcrédito "A" (UMIPCA) acrescida de 5 vezes a última prestação de cada um dos demais subcréditos, o que for superior.
- (4) Fiança bancária concedida pelo Banco Safra no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento e constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Em 30 de setembro de 2017, o saldo deste fundo de liquidez era de R\$11.631 (R\$10.773 em 31 de dezembro de 2016).

#### a.1) Instituições Financeiras - Captações

##### Banco do Nordeste ("BNB")

Em 12 de maio de 2017 foram realizados saques referentes ao contrato firmado em 18 de agosto de 2014 no montante total de R\$39.878. As taxas deste contrato são de 7,06% a.a. a 10,0% a.a., prazo total de 8 anos, com pagamentos de juros e amortizações do principal em 72 parcelas mensais e sucessivas. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento e expansão para a região Nordeste.

#### a.2) Financiamento - Fornecedores

A Companhia mediante acordos bilaterais com fornecedores obteve extensão de prazos de pagamento a um custo baseado na taxa CDI pré-fixada para os respectivos períodos, com o custo líquido equivalente entre 109,1% a 117,1% do CDI (108,4% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

#### a.3) Arrendamento Financeiro

A Companhia possui contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro na condição arrendatária, referentes a: (i) aluguel de torres e *rooftops*, decorrentes de operações de venda e *leaseback* financeiro; (ii) aluguel de *sites* construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática e; (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão. O valor residual dos ativos mencionados foi mantido inalterado até momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

Os saldos dos valores a pagar referente às transações descritas acima, contemplam os seguintes efeitos:

	Controladora / Consolidado	
	30.09.17	31.12.16
Valor nominal a pagar	792.875	831.479
Despesa financeira não realizada	(404.683)	(457.051)
<b>Valor presente a pagar</b>	<b>388.192</b>	<b>374.428</b>
Circulante	40.105	45.943
Não circulante	348.087	328.485

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar do arrendamento mercantil em 30 de setembro de 2017:

	Controladora / Consolidado	
	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar
Até um ano	46.764	40.105
Mais de um ano até cinco anos	199.709	145.175
Mais de cinco anos	546.402	202.912
<b>Total</b>	<b>792.875</b>	<b>388.192</b>

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

#### a.4) Contraprestação Contingente

Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi para a aquisição da totalidade das ações de emissão da GVTPart (nota 1c), foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Caso ocorra êxito em levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos e este montante está sujeito à atualização monetária mensalmente, utilizando o índice SELIC.

## b) Debêntures

Em 30 de setembro de 2017, as condições contratuais relativas a debêntures são as mesmas da nota explicativa 21) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, exceto pelos eventos descritos a seguir.

### 5ª Emissão

Em reunião realizada em 26 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, deliberou pela realização da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R\$2.000.000, as quais foram objeto de colocação pública com esforços restritos, sob regime de garantia firme, nos termos da ICVM 476/09.

Em 8 de fevereiro de 2017, a Companhia emitiu 200.000 debêntures, com valor nominal equivalente a R\$10.000,00 (Dez mil reais). As debêntures possuem prazo de vencimento de cinco anos e o valor nominal unitário de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente.

Os juros remuneratórios correspondem a 108,25% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia ("DI").

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com esta emissão serão integralmente utilizados para o reperfilamento de passivos financeiros da Companhia, atendendo aos negócios de gestão ordinária da Companhia.

### 3ª Emissão

Em 10 de setembro de 2017, houve liquidação integral das debêntures contempladas nesta escritura de emissão. O montante pago na liquidação totalizou R\$2.110.358, sendo que R\$2.000.000 correspondem ao principal e R\$110.358 correspondem aos juros do último período.

A seguir estão descritas informações das debêntures vigentes em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Controladora / Consolidado												
Informações em 30 de Setembro de 2017												
Emissão	Data de emissão	Data de vencimento	Quantidades		Valor da emissão	Remuneração a.a.	30.09.17		31.12.16			
			Emitidas	Circulação			Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
4ª emissão – Série 3	15/10/09	15/10/19	810.000	23.557	810.000	IPCA+4,00%	1.461	39.644	41.105	307	36.990	37.297
1ª emissão – Minas Comunica	17/12/07	05/07/21	5.550	5.550	55.500	IPCA+0,50%	28.296	71.439	99.735	-	97.308	97.308
3ª emissão	10/09/12	10/09/17	200.000	200.000	2.000.000	100% do CDI + 0,75%	-	-	-	2.086.763	-	2.086.763
4ª emissão	25/04/13	25/04/18	130.000	130.000	1.300.000	100% do CDI + 0,68%	1.358.714	-	1.358.714	33.434	1.299.505	1.332.939
5ª emissão	08/02/17	08/02/22	200.000	200.000	2.000.000	108,25% do CDI	26.367	1.996.170	2.022.537	-	-	-
Total							1.414.838	2.107.253	3.522.091	2.120.504	1.433.803	3.554.307

Os custos de transação associados a 4ª e 5ª emissões, cujo montante em 30 de setembro de 2017 era de R\$4.937 (R\$495 em 31 de dezembro de 2016), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

## c) Cronograma de Pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, arrendamento financeiro, debêntures e contraprestação contingente em 30 de setembro de 2017 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora / Consolidado				
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Contraprestação contingente	Total
2018	235.105	-	43.282	-	278.387
2019	729.415	63.457	38.606	-	831.478
2020	348.866	23.813	32.307	-	404.986
2021	221.814	1.023.813	30.980	-	1.276.607
2022 em diante	217.441	996.170	202.912	440.396	1.856.919
<b>Total</b>	<b>1.752.641</b>	<b>2.107.253</b>	<b>348.087</b>	<b>440.396</b>	<b>4.648.377</b>

#### d) Cláusulas Restritivas

Os financiamentos contratados junto ao BNDES (nota 19.a) e as debêntures (nota 19.b) possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizada por descumprimento de *covenants* (apurados trimestralmente, semestralmente ou anualmente), descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos.

#### e) Movimentações

A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente.

	Controladora					
	Empréstimos e financiamentos - instituições financeiras	Debêntures	Arrendamento financeiro	Financiamento - fornecedores	Contraprestação contingente	Total
<b>Saldo em 31.12.15</b>	<b>3.190.529</b>	<b>3.544.714</b>	<b>271.530</b>	<b>1.113.244</b>	<b>377.721</b>	<b>8.497.738</b>
Ingressos	289.786	-	2.675	293.064	-	585.525
Subvenção governamental (nota 18)	(8.681)	-	-	-	-	(8.681)
Encargos financeiros (nota 25)	319.734	369.565	52.323	31.616	27.070	800.308
Custos de emissão	-	371	-	-	-	371
Variação cambial (nota 25)	(281.020)	-	-	-	-	(281.020)
Baixas (pagamentos)	(842.962)	(380.559)	(26.352)	(1.054.910)	-	(2.304.783)
Incorporação (nota 1d)	1.532.666	-	22.075	-	-	1.554.741
<b>Saldo em 30.09.16</b>	<b>4.200.052</b>	<b>3.534.091</b>	<b>322.251</b>	<b>383.014</b>	<b>404.791</b>	<b>8.844.199</b>
Ingressos	176.843	-	59.191	373.021	-	609.055
Subvenção governamental (nota 18)	(3.359)	-	-	-	-	(3.359)
Encargos financeiros	65.506	116.613	9.919	18.317	9.942	220.297
Custos de emissão	-	124	-	-	-	124
Variação cambial	8.225	-	-	-	-	8.225
Baixas (pagamentos)	(289.252)	(96.521)	(16.933)	(51.761)	-	(454.467)
<b>Saldo em 31.12.16</b>	<b>4.158.015</b>	<b>3.554.307</b>	<b>374.428</b>	<b>722.591</b>	<b>414.733</b>	<b>9.224.074</b>
Ingressos	39.878	2.000.000	9.061	280.019	-	2.328.958
Encargos financeiros (nota 25)	241.654	418.536	41.355	48.226	25.663	775.434
Custos de emissão	-	(4.443)	-	-	-	(4.443)
Variação cambial (nota 25)	(20.133)	-	-	-	-	(20.133)
Baixas (pagamentos)	(1.153.153)	(2.446.309)	(36.652)	(611.153)	-	(4.247.267)
<b>Saldo em 30.09.17</b>	<b>3.266.261</b>	<b>3.522.091</b>	<b>388.192</b>	<b>439.683</b>	<b>440.396</b>	<b>8.056.623</b>

	Consolidado					Total
	Empréstimos e financiamentos - instituições financeiras	Debêntures	Arrendamento financeiro	Financiamento - fornecedores	Contraprestação contingente	
<b>Saldo em 31.12.15</b>	<b>4.773.489</b>	<b>3.544.714</b>	<b>296.684</b>	<b>1.228.682</b>	<b>377.721</b>	<b>10.221.290</b>
Ingressos	289.786	-	2.675	293.064	-	585.525
Subvenção governamental (nota 18)	(8.681)	-	-	-	-	(8.681)
Encargos financeiros (nota 25)	359.361	369.565	53.084	31.721	27.070	840.801
Custos de emissão	-	371	-	-	-	371
Variação cambial (nota 25)	(281.020)	-	-	-	-	(281.020)
Baixas (pagamentos)	(932.883)	(380.559)	(30.192)	(1.170.453)	-	(2.514.087)
<b>Saldo em 30.09.16</b>	<b>4.200.052</b>	<b>3.534.091</b>	<b>322.251</b>	<b>383.014</b>	<b>404.791</b>	<b>8.844.199</b>
Ingressos	176.843	-	59.191	373.021	-	609.055
Subvenção governamental (nota 18)	(3.359)	-	-	-	-	(3.359)
Encargos financeiros	65.506	116.613	9.919	18.317	9.942	220.297
Custos de emissão	-	124	-	-	-	124
Variação cambial	8.225	-	-	-	-	8.225
Baixas (pagamentos)	(289.252)	(96.521)	(16.933)	(51.761)	-	(454.467)
<b>Saldo em 31.12.16</b>	<b>4.158.015</b>	<b>3.554.307</b>	<b>374.428</b>	<b>722.591</b>	<b>414.733</b>	<b>9.224.074</b>
Ingressos	39.878	2.000.000	9.061	280.019	-	2.328.958
Encargos financeiros (nota 25)	241.654	418.536	41.355	48.226	25.663	775.434
Custos de emissão	-	(4.443)	-	-	-	(4.443)
Variação cambial (nota 25)	(20.133)	-	-	-	-	(20.133)
Baixas (pagamentos)	(1.153.153)	(2.446.309)	(36.652)	(611.153)	-	(4.247.267)
<b>Saldo em 30.09.17</b>	<b>3.266.261</b>	<b>3.522.091</b>	<b>388.192</b>	<b>439.683</b>	<b>440.396</b>	<b>8.056.623</b>

## 20) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Licenças de autorização (1)	252.287	1.048.523	252.287	1.048.523
Obrigações com partes relacionadas (nota 27)	114.728	145.332	104.566	112.358
Ônus de renovação de licenças (2)	163.365	215.154	163.365	215.154
Retenções de terceiros (3)	160.687	222.696	167.501	227.685
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 29)	351.390	327.670	352.668	327.670
Valores a restituir a assinantes	167.478	166.644	169.076	168.708
Outras obrigações	94.540	90.815	97.135	92.447
<b>Total</b>	<b>1.304.475</b>	<b>2.216.834</b>	<b>1.306.598</b>	<b>2.192.545</b>
Circulante	704.282	1.641.926	710.436	1.640.757
Não circulante	600.193	574.908	596.162	551.788

(1) Inclui a parcela de responsabilidade da Companhia decorrente do contrato assinado junto à ANATEL, onde as operadoras vencedoras do leilão das licenças de 4G constituíram a Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD), empresa responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação, além de outras operações em que as operadoras vencedoras possuem obrigações, conforme definido no contrato. Em 31 de janeiro de 2017, a Companhia efetuou o pagamento no montante de R\$858.991 à EAD, referente a 2ª e 3ª parcelas do leilão de faixas de frequência de 700 MHz nacionais para a prestação do SMP, realizado pela ANATEL em 30 de setembro de 2014.

(2) Refere-se ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP (nota 1.b).

(3) Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio e sobre prestação de serviços.



## 21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 ações. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

Não obstante, a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76, artigo 166, inciso IV) estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Ainda é concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, quando a Companhia deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por 3 exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até o seu pagamento.

O capital social realizado em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 era de R\$63.571.416. Após todos os eventos descritos anteriormente, o capital subscrito e integralizado passou a ser representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

Em 30 de setembro de 2017:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%, inclui ações em tesouraria
<b><u>Acionistas</u></b>						
<b><u>Grupo Controlador</u></b>	<b>540.033.264</b>	<b>94,47%</b>	<b>704.207.855</b>	<b>62,91%</b>	<b>1.244.241.119</b>	<b>73,58%</b>
Telefônica Latinoamérica Holding, S.L.	46.746.635	8,18%	360.532.578	32,21%	407.279.213	24,09%
Telefônica S.A.	198.207.608	34,67%	305.122.195	27,26%	503.329.803	29,76%
SP Telecomunicações Participações Ltda	294.158.155	51,46%	38.537.435	3,44%	332.695.590	19,67%
Telefônica Chile S.A.	920.866	0,16%	15.647	0,00%	936.513	0,06%
<b><u>Acionistas não controladores</u></b>	<b>29.320.789</b>	<b>5,13%</b>	<b>415.131.851</b>	<b>37,09%</b>	<b>444.452.640</b>	<b>26,28%</b>
Outros acionistas	29.320.789	5,13%	415.131.851	37,09%	444.452.640	26,28%
<b>Total de ações (exceto em circulação)</b>	<b>569.354.053</b>	<b>99,60%</b>	<b>1.119.339.706</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.688.693.759</b>	<b>99,86%</b>
<b><u>Ações em tesouraria</u></b>	<b>2.290.164</b>	<b>0,40%</b>	<b>1.000</b>	<b>0,00%</b>	<b>2.291.164</b>	<b>0,14%</b>
<b>Total de ações</b>	<b>571.644.217</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.119.340.706</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.690.984.923</b>	<b>100,00%</b>
Valor Patrimonial por ação (exceto em circulação) em 30.09.17 (em R\$)					R\$	41,16

Em 31 de dezembro de 2016:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%, inclui ações em tesouraria
<b>Acionistas</b>						
<b>Grupo Controlador</b>	<b>540.033.264</b>	<b>94,47%</b>	<b>704.207.855</b>	<b>62,91%</b>	<b>1.244.241.119</b>	<b>73,58%</b>
Telefónica Latinoamérica Holding, S.L.	46.746.635	8,18%	360.532.578	32,21%	407.279.213	24,09%
Telefónica S.A.	198.207.608	34,67%	305.122.195	27,26%	503.329.803	29,76%
SP Telecomunicações Participações Ltda	294.158.155	51,46%	38.537.435	3,44%	332.695.590	19,67%
Telefónica Chile S.A.	920.866	0,16%	15.647	0,00%	936.513	0,06%
<b>Acionistas não controladores</b>	<b>29.320.789</b>	<b>5,13%</b>	<b>415.132.512</b>	<b>37,09%</b>	<b>444.453.301</b>	<b>26,28%</b>
Outros acionistas	29.320.789	5,13%	415.132.512	37,09%	444.453.301	26,28%
<b>Total de ações (exceto em circulação)</b>	<b>569.354.053</b>	<b>99,60%</b>	<b>1.119.340.367</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.688.694.420</b>	<b>99,86%</b>
<b>Ações em tesouraria</b>	<b>2.290.164</b>	<b>0,40%</b>	<b>339</b>	<b>0,00%</b>	<b>2.290.503</b>	<b>0,14%</b>
<b>Total de ações</b>	<b>571.644.217</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.119.340.706</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.690.984.923</b>	<b>100,00%</b>
Valor Patrimonial por ação (exceto em circulação) em 31.12.16 (em R\$)					R\$	41,00

## b) Reservas de Capital

### b.1) Ações em Tesouraria

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, cujo saldo é resultante (i) do exercício do direito de recesso dos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia que manifestaram a sua dissidência com relação à aquisição da GVTPart (vide nota 1.c); (ii) das aquisições de ações preferenciais no mercado financeiro de acordo com o Programa de Recompra de Ações vigente ao tempo da operação (vide nota 21.f); e (iii) das transferências de ações preferenciais, referente ao cumprimento de decisões de processos judiciais no qual a Companhia está envolvida que versa sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação a planos de expansão da rede após 1996 (vide nota 17.c).

A seguir apresentamos a movimentação desta rubrica para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017.

	Quantidade de ações			R\$ mil
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>2.290.164</b>	<b>339</b>	<b>2.290.503</b>	<b>(87.790)</b>
Aquisição de ações preferenciais próprias no mercado financeiro (1)	-	706	706	(32)
Transferência ações referente processo judicial (2)	-	(45)	(45)	2
<b>Em 30 de setembro de 2017</b>	<b>2.290.164</b>	<b>1.000</b>	<b>2.291.164</b>	<b>(87.820)</b>

(1) A Companhia adquiriu no mercado financeiro ações preferenciais de sua emissão, sendo: (i) em 1º de junho de 2017, 45 ações a um preço unitário de R\$47,31, totalizando R\$2; e (ii) em 5 de julho de 2017, 661 ações a um preço unitário de R\$45,26, totalizando R\$30.

(2) Em 08 de junho de 2017, a Companhia transferiu as 45 ações preferenciais adquiridas em 1º de junho de 2017, para o cumprimento de decisões de processos judiciais no qual a Companhia está envolvida que versa sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação a planos de expansão da rede após 1996, ocorrida em dezembro de 2016 (vide nota 17.c), a um preço médio de R\$46,62, totalizando R\$2.

### b.2) Outras Reservas de Capital

A seguir apresentamos a composição desta rubrica em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.



	Consolidado	
	30.09.17	31.12.16
Excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão (1)	2.799.004	2.799.004
Cancelamento de ações - AGE de 12/03/15 (2)	(112.107)	(112.107)
Custos diretos de aumentos de capital (3)	(62.433)	(62.433)
Incorporação de ações da GVTPart. (4)	(1.188.707)	(1.188.707)
Reclassificação prêmio na aquisição de participação societária da TData (5)	(75.388)	(75.388)
Efeitos da cotação das ações pela transferência ações referente processo judicial (6)	2	2
Efeitos da aquisição do Terra Networks Brasil pela TData (7)	(59.029)	-
<b>Total</b>	<b>1.301.342</b>	<b>1.360.371</b>

- (1) Inclui (i) R\$63.074, referente ao benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado em favor do acionista controlador (SP Telecomunicações Participações Ltda) após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM nº 319/99; e (ii) R\$2.735.930, referente ao excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão.
- (2) Refere-se ao cancelamento de 2.332.686 ações de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, aprovado pela AGE de 12 de março de 2015.
- (3) Refere-se aos custos diretos, (líquidos de tributos) dos aumentos de capital da Companhia ocorridos em 28 de abril de 2015 e 30 de abril de 2015, decorrentes da Oferta Primária de Ações.
- (4) Refere-se a diferença entre o valor econômico da incorporação das ações da GVTPart e o valor de mercado das ações, emitidas na data de fechamento da transação.
- (5) Refere-se aos efeitos das transações de aquisição de ações de acionistas não controladores que, com a adoção do IFRS 10/CPCs 35 e 36 passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário.
- (6) Refere-se aos efeitos das cotações das ações na aquisição no mercado financeiro e baixas pela transferência de 395 ações preferenciais em tesouraria para ações em circulação, equivalente ao montante de R\$15, pelo cumprimento de decisões de processos judiciais no qual a Companhia está envolvida que versa sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação a planos de expansão da rede após 1996, ocorrida em dezembro de 2016 (vide nota 17.c).
- (7) Refere-se aos efeitos pela aquisição da Terra Networks pela TData, referente à diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos (nota 1 e).

### **c) Reservas de Lucro**

#### **c.1) Reserva Legal**

Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados.

O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 era de R\$1.907.905.

#### **c.2) Reserva Especial para Expansão e Modernização**

Em conformidade com o artigo nº 196 da Lei nº 6.404/76 e, baseado em orçamento de capital, submetido e aprovado na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") de 26 de abril de 2017, a Companhia constituiu a reserva especial para expansão e modernização no montante de R\$550.000, a qual será utilizada para o custeio parcial do orçamento de capital para o exercício de 2017.

O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 era de R\$550.000.

#### **c.3) Reserva para Incentivos Fiscais**

A Companhia possui benefícios fiscais relativos ao ICMS nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, referente a créditos outorgados junto aos órgãos competentes dos referidos estados, vinculados a investimentos na instalação de equipamentos de suporte ao SMP, em pleno funcionamento e operação, de acordo com as normas em vigor, que assegurem que as localidades relacionadas no edital, sejam inseridas na área de cobertura do SMP.

A parcela destes benefícios fiscais é excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 era de R\$25.126 e R\$17.069, respectivamente.

#### **d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**

##### **d.1) Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2016**

Em 26 de abril de 2017, a Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) da Companhia aprovou a destinação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2016, ainda não distribuídos, no montante de R\$1.913.987, equivalente a R\$1,06295487664 e R\$1,16925036430 para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia da AGO. O montante será pago a partir de 13 de dezembro de 2017 (nota 16).

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2016 era de R\$1.913.987.

##### **d.2) Juros sobre o Capital Próprio Intermediários de 2017**

Em reuniões do Conselho de Administração da Companhia foram aprovadas, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas, as destinações de juros sobre o capital próprio intermediários, relativo ao exercício social de 2017, nos termos do artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e da Deliberação CVM nº 638/12, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2017, conforme segue:

Datas			Valor Bruto			Valor Líquido			Valor por Ação (1)	
Aprovação	Crédito	Início do Pagamento	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)	Total	Ordinárias	Preferenciais (2)
13/02/17	24/02/17	Até 31/12/18	56.916	123.084	180.000	48.379	104.621	153.000	0,084970	0,093467
20/03/17	31/03/17	Até 31/12/18	110.669	239.331	350.000	94.069	203.431	297.500	0,165220	0,181742
19/06/17	30/06/17	Até 31/12/18	30.039	64.961	95.000	25.533	55.217	80.750	0,044845	0,049330
18/09/17	29/09/17	Até 31/12/18	96.440	208.560	305.000	81.974	177.276	259.250	0,143978	0,158375
Total			294.064	635.936	930.000	249.954	540.546	790.500		

(1) Os valores de JSCP estão calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte (IRRF). Os acionistas imunes receberam os juros sobre o capital próprio integral, sem retenção de imposto de renda na fonte.

(2) Os valores brutos e líquidos referentes às ações preferenciais são 10% maiores que os atribuídos a cada ação ordinária, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

##### **d.3) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos**

Conforme o artigo nº 287, inciso II, item “a” da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia reverteu o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos no montante de R\$72.840 (nota 16).

#### **e) Outros Resultados Abrangentes**

Instrumentos financeiros disponíveis para venda: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço.

Efeitos da conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controlada em conjunto).

A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes líquidos dos tributos:

	Consolidado			Total
	Instrumentos financeiros disponíveis para venda	Instrumentos financeiros derivativos	Efeitos da conversão de investimentos no exterior	
<b>Saldos em 31.12.15</b>	<b>(8.936)</b>	<b>379</b>	<b>34.025</b>	<b>25.468</b>
Variação cambial	-	-	(13.250)	(13.250)
Perdas de contratos futuros	-	(3.800)	-	(3.800)
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	178	-	-	178
<b>Saldos em 30.09.16</b>	<b>(8.758)</b>	<b>(3.421)</b>	<b>20.775</b>	<b>8.596</b>
Variação cambial	-	-	(3.982)	(3.982)
Ganhos de contratos futuros	-	3.842	-	3.842
Reclassificação das perdas com <i>cash flow hedge</i> para capex	-	3.128	-	3.128
Ganhos em ativos financeiros disponíveis para venda	(123)	-	-	(123)
<b>Saldos em 31.12.16</b>	<b>(8.881)</b>	<b>3.549</b>	<b>16.793</b>	<b>11.461</b>
Variação cambial	-	-	6.493	6.493
Ganhos de contratos futuros	-	(723)	-	(723)
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	264	-	-	264
<b>Saldos em 30.09.17</b>	<b>(8.617)</b>	<b>2.826</b>	<b>23.286</b>	<b>17.495</b>

#### **f) Programa de Recompra de Ações da Companhia**

Em reunião realizada em 9 de junho de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo nº 17, inciso XV do Estatuto Social, aprovou o programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais de emissão da própria Companhia, nos termos da instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015, que tem como objetivo a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, para incrementar o valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa e otimizar a alocação de capital da Companhia.

A recompra será efetuada mediante a utilização do saldo de reserva de capital constante no balanço patrimonial de 31 de março de 2017, excluídas as reservas referidas no artigo 7º, parágrafo 1º, da instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015.

Este programa tem vigência até 8 de dezembro de 2018, sendo as aquisições realizadas na B3, a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares, sendo as quantidades máximas a serem adquiridas de 870.781 ações ordinárias e 41.510.761 ações preferenciais.

Em 5 de julho de 2017, a Companhia adquiriu no mercado financeiro 661 ações preferenciais de sua emissão a um preço médio unitário de R\$45,26, totalizando R\$30. Com esta aquisição, o total das ações em tesouraria da Companhia totalizam 2.291.164, sendo 2.290.164 ações ordinárias e 1.000 ações preferenciais (nota 21 b.1).

#### **g) Resultado por Ação**

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016:

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas detentores de ações:	1.222.716	952.690	3.091.835	2.870.416
Ordinárias	386.619	301.238	977.630	907.618
Preferenciais	836.097	651.452	2.114.205	1.962.798
Número de Ações:	1.688.694	1.688.694	1.688.694	1.688.694
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o período	569.354	569.354	569.354	569.354
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o período	1.119.340	1.119.340	1.119.340	1.119.340
Resultado básico e diluído por ação:				
Ações ordinárias (R\$)	0,68	0,53	1,72	1,59
Ações preferenciais (R\$)	0,75	0,58	1,89	1,75

## 22) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
<b>Receita operacional bruta (1)</b>	<b>15.174.130</b>	<b>15.592.940</b>	<b>46.978.442</b>	<b>43.639.922</b>
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>	<b>(5.542.636)</b>	<b>(5.481.830)</b>	<b>(17.212.722)</b>	<b>(15.258.058)</b>
Tributos	(3.829.002)	(3.725.242)	(12.029.914)	(10.746.059)
Descontos e devoluções	(1.713.634)	(1.756.588)	(5.182.808)	(4.511.999)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>9.631.494</b>	<b>10.111.110</b>	<b>29.765.720</b>	<b>28.381.864</b>
	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
<b>Receita operacional bruta (1)</b>	<b>16.582.845</b>	<b>16.259.140</b>	<b>49.706.431</b>	<b>48.294.193</b>
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>	<b>(5.696.896)</b>	<b>(5.565.775)</b>	<b>(17.533.139)</b>	<b>(16.659.383)</b>
Tributos	(3.979.585)	(3.803.844)	(12.342.050)	(11.463.699)
Descontos e devoluções	(1.717.311)	(1.761.931)	(5.191.089)	(5.195.684)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>10.885.949</b>	<b>10.693.365</b>	<b>32.173.292</b>	<b>31.634.810</b>

(1) Inclui serviços de telecomunicações, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVAs, TV por assinatura, outros serviços e venda de mercadorias (aparelhos, *simcard* e acessórios). Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 foram de R\$325.139 e R\$246.758, respectivamente (nota 23).

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

## 23) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Controladora								
Períodos de três meses findos em								
	30.09.17				30.09.16			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(169.596)	(494.849)	(123.948)	(788.393)	(207.349)	(529.510)	(186.985)	(923.844)
Serviços de terceiros	(1.208.455)	(1.620.191)	(301.535)	(3.130.181)	(1.221.255)	(1.567.357)	(297.322)	(3.085.934)
Interconexão e uso de rede	(351.916)	-	-	(351.916)	(450.249)	-	-	(450.249)
Publicidade e propaganda	-	(274.061)	-	(274.061)	-	(264.102)	-	(264.102)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (1)	(665.136)	(34.433)	(44.803)	(744.372)	(611.167)	(23.285)	(46.813)	(681.265)
Impostos, taxas e contribuições	(442.724)	(9.233)	(13.901)	(465.858)	(489.119)	(789)	(24.520)	(514.428)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 4)	-	(354.877)	-	(354.877)	-	(322.828)	-	(322.828)
Depreciação e amortização (2)	(1.481.349)	(360.434)	(113.507)	(1.955.290)	(1.485.866)	(367.057)	(113.332)	(1.966.255)
Custo das mercadorias vendidas	(420.877)	-	-	(420.877)	(476.150)	-	-	(476.150)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(11.791)	(50.938)	(3.718)	(66.447)	(24.006)	(50.011)	(9.015)	(83.032)
<b>Total</b>	<b>(4.751.844)</b>	<b>(3.199.016)</b>	<b>(601.412)</b>	<b>(8.552.272)</b>	<b>(4.965.161)</b>	<b>(3.124.939)</b>	<b>(677.987)</b>	<b>(8.768.087)</b>

  

Controladora								
Períodos de nove meses findos em								
	30.09.17				30.09.16			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(565.844)	(1.655.559)	(368.901)	(2.590.304)	(602.351)	(1.487.944)	(492.888)	(2.583.183)
Serviços de terceiros	(3.628.775)	(4.863.846)	(914.417)	(9.407.038)	(3.432.067)	(4.505.722)	(862.240)	(8.800.029)
Interconexão e uso de rede	(1.069.564)	-	-	(1.069.564)	(1.426.763)	-	-	(1.426.763)
Publicidade e propaganda	-	(732.023)	-	(732.023)	-	(723.656)	-	(723.656)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (1)	(1.957.270)	(110.806)	(135.438)	(2.203.514)	(1.665.013)	(92.698)	(138.953)	(1.896.664)
Impostos, taxas e contribuições	(1.329.280)	(30.141)	(34.574)	(1.393.995)	(1.382.006)	(3.480)	(56.251)	(1.441.737)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 4)	-	(1.037.677)	-	(1.037.677)	-	(900.456)	-	(900.456)
Depreciação e amortização (2)	(4.423.556)	(1.080.655)	(338.185)	(5.842.396)	(4.082.646)	(956.027)	(317.174)	(5.355.847)
Custo das mercadorias vendidas	(1.296.470)	-	-	(1.296.470)	(1.475.816)	-	-	(1.475.816)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(56.798)	(132.502)	(14.374)	(203.674)	(62.900)	(130.132)	(29.360)	(222.392)
<b>Total</b>	<b>(14.327.557)</b>	<b>(9.643.209)</b>	<b>(1.805.889)</b>	<b>(25.776.655)</b>	<b>(14.129.562)</b>	<b>(8.800.115)</b>	<b>(1.896.866)</b>	<b>(24.826.543)</b>

  

Consolidado								
Períodos de três meses findos em								
	30.09.17				30.09.16			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(217.235)	(597.099)	(134.091)	(948.425)	(216.849)	(531.770)	(190.331)	(938.950)
Serviços de terceiros	(1.426.850)	(1.614.254)	(315.096)	(3.356.200)	(1.463.876)	(1.576.829)	(292.231)	(3.332.936)
Interconexão e uso de rede	(351.916)	-	-	(351.916)	(453.651)	-	-	(453.651)
Publicidade e propaganda	-	(276.337)	-	(276.337)	-	(264.102)	-	(264.102)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (1)	(667.173)	(34.491)	(45.117)	(746.781)	(612.978)	(23.471)	(46.874)	(683.323)
Impostos, taxas e contribuições	(448.191)	(9.235)	(14.101)	(471.527)	(496.284)	(789)	(24.916)	(521.989)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 4)	-	(380.400)	-	(380.400)	-	(342.543)	-	(342.543)
Depreciação e amortização (2)	(1.487.827)	(360.443)	(113.704)	(1.961.974)	(1.491.917)	(367.066)	(113.559)	(1.972.542)
Custo das mercadorias vendidas	(483.882)	-	-	(483.882)	(513.550)	-	-	(513.550)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(12.644)	(52.239)	(3.930)	(68.813)	(23.865)	(50.048)	(8.828)	(82.741)
<b>Total</b>	<b>(5.095.718)</b>	<b>(3.324.498)</b>	<b>(626.039)</b>	<b>(9.046.255)</b>	<b>(5.272.970)</b>	<b>(3.156.618)</b>	<b>(676.739)</b>	<b>(9.106.327)</b>

Consolidado								
Períodos de nove meses findos em								
	30.09.17				30.09.16			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(628.791)	(1.762.514)	(385.099)	(2.776.404)	(770.880)	(1.575.431)	(525.266)	(2.871.577)
Serviços de terceiros	(4.230.763)	(4.846.822)	(923.959)	(10.001.544)	(4.384.522)	(4.595.885)	(908.648)	(9.889.055)
Interconexão e uso de rede	(1.069.564)	-	-	(1.069.564)	(1.461.279)	-	-	(1.461.279)
Publicidade e propaganda	-	(734.299)	-	(734.299)	-	(775.418)	-	(775.418)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (1)	(1.964.316)	(111.494)	(135.857)	(2.211.667)	(1.768.588)	(102.354)	(139.785)	(2.010.727)
Impostos, taxas e contribuições	(1.355.184)	(30.143)	(35.758)	(1.421.085)	(1.430.395)	(4.713)	(61.295)	(1.496.403)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 4)	-	(1.108.925)	-	(1.108.925)	-	(1.003.976)	-	(1.003.976)
Depreciação e amortização (2)	(4.442.631)	(1.080.683)	(339.494)	(5.862.808)	(4.469.743)	(1.052.066)	(317.339)	(5.839.148)
Custo das mercadorias vendidas	(1.421.308)	-	-	(1.421.308)	(1.565.118)	-	-	(1.565.118)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(59.990)	(137.467)	(14.829)	(212.286)	(79.348)	(137.440)	(38.860)	(255.648)
<b>Total</b>	<b>(15.172.547)</b>	<b>(9.812.347)</b>	<b>(1.834.996)</b>	<b>(26.819.890)</b>	<b>(15.929.873)</b>	<b>(9.247.283)</b>	<b>(1.991.193)</b>	<b>(27.168.349)</b>

(1) Os montantes de contratos de swap de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 foram de R\$325.139 e R\$246.758, respectivamente (nota 22).

(2) Inclui os créditos de PIS e COFINS não cumulativos nos montantes de R\$1.267 e R\$5.774 para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, respectivamente.

## 24) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Controladora				
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Multas e despesas recuperadas	87.729	109.163	267.286	348.429
Provisões trabalhistas, tributárias, cíveis, regulatórias e passivo contingente (nota 17)	(191.878)	(229.301)	(640.383)	(713.451)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos (1)	(2.373)	(7.267)	(19.310)	458.380
Outras receitas (despesas) operacionais (2)	(15.672)	(19.757)	(104.970)	(2.733)
<b>Total</b>	<b>(122.194)</b>	<b>(147.162)</b>	<b>(497.377)</b>	<b>90.625</b>

Outras receitas operacionais	87.729	109.163	267.286	806.809
Outras despesas operacionais	(209.923)	(256.325)	(764.663)	(716.184)
<b>Total</b>	<b>(122.194)</b>	<b>(147.162)</b>	<b>(497.377)</b>	<b>90.625</b>

Consolidado				
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Multas e despesas recuperadas	88.450	109.979	270.572	369.832
Provisões trabalhistas, tributárias, cíveis, regulatórias e passivo contingente (nota 17)	(190.160)	(232.539)	(650.654)	(744.489)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos (1)	(3.331)	(5.880)	(22.921)	465.391
Outras receitas (despesas) operacionais (2)	(19.705)	(20.870)	(93.975)	2.776
<b>Total</b>	<b>(124.746)</b>	<b>(149.310)</b>	<b>(496.978)</b>	<b>93.510</b>

Outras receitas operacionais	88.450	109.979	270.572	837.999
Outras despesas operacionais	(213.196)	(259.289)	(767.550)	(744.489)
<b>Total</b>	<b>(124.746)</b>	<b>(149.310)</b>	<b>(496.978)</b>	<b>93.510</b>



- (1) Os montantes de 2016, incluem R\$476.371 (líquidos dos valores residuais) referente à alienação de 1.655 torres de transmissão da Companhia para a Telxius Torres Brasil (empresa do Grupo Telefónica). Após a transação de venda dos ativos, foi efetuado um contrato de aluguel de parte das torres alienados para dar continuidade às transmissões de dados necessárias para a prestação dos serviços de telefonia móvel.

A transação de venda e aluguel foi considerada como uma operação de *sale and leaseback* conforme previsto no IAS 17. O *leaseback* de cada um dos ativos alienados foi analisado pela Administração e classificado como *leasing* operacional ou financeiro, considerando os requisitos qualitativos e quantitativos previstos no IAS 17.

Os riscos e benefícios de tais torres foram repassados aos compradores, com exceção de torres cuja transferência de riscos e benefícios dependem do aceite técnico do comprador. Para tais itens o valor de venda foi reconhecido como receita diferida, líquido dos valores residuais (nota 18).

- (2) Nesta mesma transação, descrita no item (1), a Companhia alienou a cessão de contratos vigentes de locação de terrenos e dos contratos de compartilhamento (carteira de clientes) pelo montante de R\$40.899.

## 25) RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
<b>Receitas Financeiras</b>				
Receitas de aplicações financeiras	160.306	194.740	491.371	452.154
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	30.865	376	102.226	35.383
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	85.437	204.116	294.446	822.813
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 19)	46.026	4.327	108.950	408.242
Outras receitas com variações cambiais e monetárias	96.958	130.657	323.932	254.677
Outras receitas financeiras	32.215	18.825	107.949	26.482
<b>Total</b>	<b>451.807</b>	<b>553.041</b>	<b>1.428.874</b>	<b>1.999.751</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente (nota 19)	(240.733)	(292.903)	(775.434)	(800.308)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 19)	(8.839)	(12.316)	(88.817)	(127.222)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	(115.008)	(216.435)	(361.249)	(1.137.877)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(34.684)	(38.182)	(110.720)	(202.396)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias	(210.365)	(267.327)	(747.096)	(563.873)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas financeiras	(41.984)	(45.141)	(139.717)	(112.044)
<b>Total</b>	<b>(651.613)</b>	<b>(872.304)</b>	<b>(2.223.033)</b>	<b>(2.943.720)</b>



	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
<b>Receitas Financeiras</b>				
Receitas de aplicações financeiras	173.724	211.671	543.878	509.301
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	32.356	3.199	104.396	60.298
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	88.789	204.116	297.798	822.813
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 19)	46.026	4.327	108.950	408.242
Outras receitas com variações cambiais e monetárias	98.243	130.722	329.579	253.185
Outras receitas financeiras	39.303	25.483	128.752	46.312
<b>Total</b>	<b>478.441</b>	<b>579.518</b>	<b>1.513.353</b>	<b>2.100.151</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente (nota 19)	(240.733)	(292.903)	(775.434)	(840.801)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 19)	(8.839)	(12.316)	(88.817)	(127.222)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	(115.409)	(216.435)	(361.650)	(1.137.877)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(35.382)	(40.649)	(112.799)	(210.339)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias	(205.363)	(268.125)	(756.626)	(562.979)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas financeiras	(43.227)	(45.428)	(143.197)	(140.123)
<b>Total</b>	<b>(648.953)</b>	<b>(875.856)</b>	<b>(2.238.523)</b>	<b>(3.019.341)</b>

## 26) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro).

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Lucro antes dos tributos	1.411.579	1.049.388	3.776.670	3.325.147
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(479.937)	(356.792)	(1.284.068)	(1.130.550)
<b>Diferenças permanentes e temporárias</b>				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos e da mais valia dos ativos líquidos adquiridos atribuídos à Companhia (nota 10)	222.481	58.749	366.908	211.878
Dividendos prescritos	-	-	(10.319)	-
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(32.527)	(20.881)	(70.761)	(80.563)
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	103.700	221.000	316.200	533.120
Outras (adições) exclusões	(2.580)	1.226	(2.795)	11.384
<b>Débito tributário</b>	<b>(188.863)</b>	<b>(96.698)</b>	<b>(684.835)</b>	<b>(454.731)</b>
Taxa efetiva	13,4%	9,2%	18,1%	13,7%
IRPJ e CSLL corrente	48.385	75.059	46.222	(184.998)
IRPJ e CSLL diferido	(237.248)	(171.757)	(731.057)	(269.733)

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.17	30.09.16	30.09.17	30.09.16
Lucro antes dos tributos	1.544.449	1.141.663	4.132.616	3.641.778
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(525.112)	(388.165)	(1.405.089)	(1.238.205)
<b>Diferenças permanentes e temporárias</b>				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos e da mais valia dos ativos líquidos adquiridos atribuídos à Companhia (nota 10)	4	92	463	339
Dividendos prescritos	-	-	(10.319)	-
Diferenças temporárias de subsidiárias	1.999	-	1.999	-
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(32.527)	(22.522)	(72.695)	(84.077)
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	103.700	221.000	316.200	533.120
Tributos diferidos reconhecidos nas subsidiárias sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias referente a exercícios anteriores	132.080	-	132.080	-
Outras (adições) exclusões	(1.877)	622	(3.420)	17.461
<b>Débito tributário</b>	<b>(321.733)</b>	<b>(188.973)</b>	<b>(1.040.781)</b>	<b>(771.362)</b>
Taxa efetiva	20,8%	16,6%	25,2%	21,2%
IRPJ e CSLL corrente	(196.389)	(818)	(440.085)	(475.273)
IRPJ e CSLL diferido	(125.344)	(188.155)	(600.696)	(296.089)

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 6b).

## 27) TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

### Transações e Saldos com Partes Relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes, e são como segue:

- a) Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados as empresas do Grupo Telefónica;
- b) Serviços de TV digital, prestados pela Media Networks Latino América;
- c) Aluguel e manutenção de equipamento de segurança, prestados pela Telefônica Inteligência e Segurança Brasil;
- d) Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;
- e) Direito de uso de determinadas licenças de *softwares*, incluindo a manutenção e suporte prestados pela Telefónica Global Technology;
- f) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão, prestados pela Telxius Cable Brasil, Telefónica International Wholesale Services Espanha, Telefónica USA e Media Net Br;
- g) Midia Digital serviços de comercialização e exploração de *marketing* digital *in-store* e *outdoor* prestado pela Telefônica On The Spot Soluções Digitais Brasil;
- h) Operações de torres entre a Companhia e a Telxius Torres Brasil (operação de *sale* e *leaseback*, nota 24);

- i) Serviços de provedor de conteúdo, prestados pela Terra Networks Brasil. Em 3 de julho de 2017, a TData (subsidiária integral da Companhia) adquiriu o controle acionário da Terra Networks Brasil (nota 1e). O saldo apresentado no quadro de resultado refere-se ao período de janeiro a junho de 2017;
- j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas, prestados para Telefónica International Wholesale Services Espanha e Telefónica USA;
- k) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional, prestados por empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;
- l) Despesas e gastos diversos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;
- m) Brand Fee, pela cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefónica;
- n) Plano de ações aos empregados da Telefônica Brasil e controladas diretas e indiretas, vinculado a aquisição de ações da empresa Telefónica;
- o) *Cost Sharing Agreement* (CSA), reembolso de gastos referente ao negócio digital para a empresa Telefónica Latino America Holding e Telefónica Digital;
- p) Aluguel de prédios a empresas do Grupo Telefónica;
- q) Financial Clearing House Roaming, ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de *roaming* entre empresas do grupo pela Telfisa;
- r) Soluções integrais de aprendizagem *on-line* para a Educação e Formação em modalidade *e-learning* prestados T. Learning Services Brasil;
- s) Operações de *factoring*, linha de financiamento para os serviços prestados pelos fornecedores do Grupo Telefónica;
- t) Investimento Social da Fundação Telefônica, que utiliza tecnologias de forma inovadora para potencializar a aprendizagem e o conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social;
- u) Contratos de cessão de direito de uso de rede de dutos, serviços de locação de dutos para fibra ótica, contratos de ocupação de faixa de domínio com diversas concessionárias de rodovias prestados pela Companhia AIX;
- v) Plataforma Adquira Sourcing, solução *on-line* para a negociação de compra e venda de todo tipo de bens e serviços prestado pela Telefónica Compras Electrónicas; e
- w) Operações com empresas do Grupo Terra sediadas no exterior, referentes ao rateio de gastos corporativos, compra de conteúdo de *internet*, veiculação de publicidade e serviços de auditoria de audiência. O saldo apresentado no quadro de resultado refere-se ao período a partir de 3 de julho de 2017, data da aquisição da Terra Brasil Networks pela TData (nota 1e).

Conforme descrito na nota 29, a Companhia e controladas são patrocinadoras de planos de previdência e outros benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Visão Prev e Sistel.

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas:

Balanco Patrimonial - Ativo									
Empresas	Natureza da transação	Em 30.09.17				Em 31.12.16			
		Ativo circulante			Ativo não circulante	Ativo circulante			Ativo não circulante
		Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber, líquidas	Outros ativos		Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	
					Outros ativos				Outros ativos
<b>Controladoras</b>									
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	-	-	4.571	2	-	94	9.607	11
Telefónica Latino America Holding	l)	-	-	123.069	-	-	-	206.619	-
Telefónica	l)	-	466	149	-	-	-	633	-
		-	466	127.789	2	-	94	216.859	11
<b>Outras empresas do grupo</b>									
Colombia Telecomunicaciones ESP	k)	-	2.864	4.249	-	-	2.641	3.900	-
Companhia AIX de Participações	a)	-	23	-	-	-	37	-	-
Media Networks Brasil Soluções Digitais	a) / d)	-	1.512	72	40	-	81	19	40
Pegaso PCS	k)	-	2.701	-	-	-	6.163	-	-
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	-	18.868	-	-	-	9.849	-	-
Telcel Telecom. Celulares C. A.	k)	-	6.069	-	-	-	6.180	-	-
Telefónica Factoring do Brasil	a) / d) / l)	-	7.468	21	15	-	4.927	6	16
Telefónica Global Technology	l)	-	-	12.976	-	-	1.614	11.244	-
Telefónica Inteligência e Segurança Brasil	a) / d) / l)	-	296	615	350	-	868	595	350
Telefónica International Wholesale Services Espanha	j) / k)	-	70.941	-	-	-	82.613	-	-
Telefónica Learning Services Brasil	a)	-	223	-	-	-	64	-	-
Telefónica Moviles Argentina	k)	-	6.623	-	-	-	6.288	-	-
Telefónica Moviles Del Chile	k)	-	394	365	-	-	10.207	337	-
Telefónica Moviles Del Espanha	k)	-	8.777	-	-	-	9.220	-	-
Telefónica Moviles Del Uruguay	k)	-	521	-	-	-	761	-	-
Telefónica Moviles Panama	k)	-	281	-	-	-	1.260	-	-
Telefónica On The Spot Soluções Digitais Brasil	a) / d)	-	413	9	-	-	370	6	-
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil	a) / d) / l) / p)	-	2.858	64	1.686	-	2.518	343	2.067
Telefonica UK LTD.(O2 UK LTD)	k)	-	8.431	-	-	-	8.809	-	-
Telefónica USA	j)	-	5.739	-	-	-	3.550	-	-
Telfisa	q)	11.537	-	-	-	78.070	-	-	-
Telxius Cable Brasil	a) / d) / k) / l) / p)	-	23.679	754	76	-	11.513	2.602	76
Telxius Torres Brasil	d) / l) p) / h)	-	12.350	140	-	-	13.842	3.709	-
Terra Networks Brasil	a) / d) / l)	-	-	-	-	-	5.499	7.550	46
Outras	a) / d) / k) / l) / p) / w)	-	13.161	897	126	-	1.938	693	210
		11.537	194.192	20.162	2.293	78.070	190.812	31.004	2.805
Total		11.537	194.658	147.951	2.295	78.070	190.906	247.863	2.816

Balço Patrimonial - Passivo							

Empresas	Demonstração dos Resultados		
	Natureza da transação	30.09.17	30.09.16
<b>Controladoras</b>			
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	201	47
Telefónica Latino America Holding	l) / o)	35.141	71.860
Telefónica	l) / m) / n)	(250.541)	(240.588)
		<b>(215.199)</b>	<b>(168.681)</b>
<b>Outras empresas do grupo</b>			
Colombia Telecomunicaciones S.A. ESP	k)	1.065	(3.082)
Companhia AIX de Participações	a) / u)	(16.971)	(15.755)
Fundação Telefónica	a) / d) / l) t)	(9.514)	(8.950)
Media Networks Brasil Soluções Digitais	a) / d) / f)	(36.924)	(4.059)
Media Networks Latina America SAC	b)	(23.742)	(5.017)
Pegaso PCS	k)	1.025	(5.167)
T. Learning Services Brasil	a) / r)	(35.158)	(32.872)
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	(237)	(4.301)
Telcel Telecom. Celulares C. A.	k)	(5.712)	(451)
Telefónica Compras Electrónicas	v)	(19.722)	(35.874)
Telefónica Digital España	l) / o)	(55.565)	(29.787)
Telefónica Factoring do Brasil	a) / d) / l) / s)	871	557
Telefónica Global Roaming	k)	(2.580)	(6.074)
Telefónica Global Technology, S.A.U.	e) / l)	(23.217)	(22.463)
Telefónica Inteligência e Segurança Brasil	a) / c) / d) / l)	(22.543)	(25.394)
Telefónica International Wholesale Services Espanha	f) / j) / k)	22.520	(3.608)
Telefónica Moviles Argentina	k)	9.596	(5.659)
Telefónica Moviles Del Chile	k)	(899)	259
Telefónica Moviles Del Espanha	k)	(982)	(2.838)
Telefónica Moviles Del Uruguay	k)	422	(1.602)
Telefónica Moviles Panama	k)	(85)	(911)
Telefónica On The Spot Soluções Digitais Brasil	a) / d) / g)	(4.917)	(2.137)
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil	a) / d) / l) / p)	(1.035)	1.038
Telefonica UK LTD.(O2 UK LTD)	k)	684	(863)
Telefónica USA	f) / j)	(11.940)	(8.199)
Telxius Cable Brasil	a) / d) / f) / k) / l) / p)	(142.892)	(189.430)
Telxius Torres Brasil	d) / l) / p) / h)	(78.398)	(46.595)
Terra Networks Brasil	a) / d) / i) / l)	(8.234)	(2.879)
Outras	a) / d) / k) / l) / p) w)	(4.628)	(1.211)
		<b>(469.712)</b>	<b>(463.324)</b>
<b>Total</b>		<b>(684.911)</b>	<b>(632.005)</b>

### Remuneração dos Administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 foi de R\$16.101 e R\$45.235, respectivamente. Destes montantes, R\$10.455 (R\$19.445 em 30 de setembro de 2016) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$5.646 (R\$25.790 em 30 de setembro de 2016) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupo de Despesas Gerais e Administrativas (nota 23).

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios pós-emprego ou similares.

### **28) PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES**

A controladora da Companhia, Telefónica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Telefónica Brasil e controladas.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

A Companhia e controladas reembolsam à Telefônica o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

Os principais planos em vigor em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 eram: (i) *Performance & Investment Plan* ("PIP") para seus Diretivos em nível global; e (ii) *Talent for the Future Share Plan* ("TFSP"), para seus Executivos em nível global.

Os detalhes destes planos são os mesmos divulgados na nota explicativa 31) Planos de Remuneração Baseados em Ações, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Os ciclos 2014-2017 do PIP e TFSP foram finalizados em setembro de 2017 e não houve o atingimento do *Total Shareholder Return* (TSR), sendo assim não houve entrega de ações da Telefônica aos executivos da Companhia.

Em 30 de setembro de 2017, o valor da cotação das ações da Telefônica era de 9,1920 euros e os planos estavam posicionados da seguinte forma:

Planos	Ciclos	Quantidade de ações (1)	Data da finalização
PIP	5º ciclo 1º de outubro de 2015 (2)	485.589	30 de setembro de 2018
TFSP	2º ciclo 1º de outubro de 2015	83.500	30 de setembro de 2018

(1) Para o PIP, inclui as quantidades iniciais e co-investimento e para o TFSP apenas as quantidades iniciais.

(2) Com 88 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto da Companhia).

Em 31 de julho de 2017 o ciclo do *Global Employee Share Plan* ("GESP") foi finalizado, com a entrega das ações aos empregados que cumpriram as condições estabelecidas pelo plano.

As despesas da Companhia e controladas com os planos de remuneração baseados em ações descritos acima, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 23) e correspondem a R\$5.540 e R\$10.928 para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016.

## 29) PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Entidade	Patrocinador
PBS-A	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
CTB	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
Telefônica BD	Benefício Definido (BD)	VisãoPrev	Telefônica Brasil
PREV	Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil
VISÃO	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil, Tdata e TGLog

Os detalhes sobre os planos informados acima, são os mesmos divulgados na nota explicativa 32) Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, exceto para os planos Vivo Prev, Visão T Gestiona e Visão Telefônica, conforme descrito abaixo.

Em 9 de dezembro de 2016, a Visão Prev obteve aprovações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") para incorporações dos planos Vivo Prev e Visão T Gestiona ao plano Visão Telefônica. Desta forma, a partir de 1º de janeiro de 2017 todos os participantes dos planos Vivo Prev e Visão T Gestiona passaram a ser participantes do plano Visão Telefônica. Esta unificação preserva todos direitos adquiridos, e dá aos participantes dos planos incorporados acesso aos benefícios do plano Visão Telefônica.



O principal objetivo das incorporações é criar maior sinergia dos benefícios oferecidos aos participantes, além de proporcionar uma redução de custos administrativos e operacionais dos planos, bem como melhoria na eficiência administrativa.

A seguir, demonstramos a movimentação e saldos consolidados dos planos *superavitários* e *deficitários*:

	Consolidado		Total
	Planos <i>superavitários</i>	Planos <i>deficitários</i>	
<b>Saldos em 31.12.15</b>	<b>8.724</b>	<b>(85.343)</b>	<b>(76.619)</b>
Custo do serviço corrente	(2.155)	(2.024)	(4.179)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	977	(7.174)	(6.197)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	2.178	12.616	14.794
<b>Saldos em 30.09.16</b>	<b>9.724</b>	<b>(81.925)</b>	<b>(72.201)</b>
Custo do serviço corrente	(719)	(674)	(1.393)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	325	(2.392)	(2.067)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	(120)	(6.081)	(6.201)
Efeitos em resultados abrangentes	(169)	(236.598)	(236.767)
<b>Saldos em 31.12.16</b>	<b>9.041</b>	<b>(327.670)</b>	<b>(318.629)</b>
Custo do serviço corrente	(2.362)	(5.754)	(8.116)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	884	(26.805)	(25.921)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	2.096	8.241	10.337
Combinação de negócios (nota 1e)	13	(680)	(667)
<b>Saldos em 30.09.17</b>	<b>9.672</b>	<b>(352.668)</b>	<b>(342.996)</b>

Dos montantes de planos superavitários apresentados no quadro acima, a Companhia tem registrado os montantes consolidados de R\$9.441 e R\$8.838 em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente, nota 9.

### 30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL E RISCOS

#### a) Instrumentos Financeiros Derivativos

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia tem principalmente o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira, proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture e de arrendamento mercantil indexados ao IPCA e proteção ao risco de variação da TJLP de uma parcela da dívida com o BNDES. Não há, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia calcula a efetividade dos instrumentos financeiros derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros e fluxo de caixa em moeda estrangeira no início da operação e em bases contínuas. Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os instrumentos financeiros derivativos contratados apresentaram efetividade em relação aos objetos dessa cobertura.

Desde que estes contratos de instrumentos financeiros derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo, compensando o resultado dos instrumentos financeiros derivativos, conforme as regras de *hedge accounting*. Essa contabilidade de *hedge* se aplica tanto a passivos financeiros quanto aos fluxos de caixa prováveis em moeda estrangeira.

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos embutidos.

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

#### a.1) Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos das posições em reais são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da B3 e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela B3.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis. Quanto às opções, é considerada a variação de valor justo das mesmas em relação ao prêmio inicial pago.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na B3, sendo classificados como *swaps*, usualmente, não requerendo depósitos de margem.

Descrição	Consolidado				Efeito acumulado do valor justo	
	Valor de referência		Posição líquida a valor justo		Valor a receber (a pagar)	
	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
<b>Contratos de swaps e Opções</b>						
<b>Ponta Ativa</b>	<b>1.852.339</b>	<b>2.739.524</b>	<b>2.004.568</b>	<b>2.836.207</b>	<b>177.031</b>	<b>212.993</b>
<u>Moeda estrangeira</u>	<u>1.021.604</u>	<u>1.522.598</u>	<u>1.025.127</u>	<u>1.599.378</u>	<u>106.805</u>	<u>158.762</u>
US\$ (1) (2)	518.965	742.137	508.338	730.490	49.543	73.833
EUR (2)	-	70.064	-	66.959	-	-
LIBOR US\$ (1)	462.138	710.397	516.770	801.929	57.243	84.929
Opções US\$ (7)	40.501	-	19	-	19	-
<u>Taxa pós</u>	<u>631.190</u>	<u>898.324</u>	<u>659.103</u>	<u>800.097</u>	<u>32.897</u>	<u>31.987</u>
CDI (1) (2)	174.567	254.883	174.669	138.710	76	3.979
TJLP (4)	456.623	643.441	484.434	661.387	32.821	28.008
<u>Índices de inflação</u>	<u>199.545</u>	<u>318.602</u>	<u>320.338</u>	<u>436.732</u>	<u>37.329</u>	<u>22.244</u>
IPCA (3) (5)	169.281	192.318	279.027	269.817	37.329	17.998
IGPM (6)	30.264	126.284	41.311	166.915	-	4.246
<b>Ponta Passiva</b>	<b>(2.059.951)</b>	<b>(2.573.351)</b>	<b>(1.985.731)</b>	<b>(2.807.830)</b>	<b>(158.194)</b>	<b>(184.616)</b>
<u>Taxa pré</u>	<u>(40.501)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Opções US\$ (7)	(40.501)	-	-	-	-	-
<u>Taxa pós</u>	<u>(1.663.039)</u>	<u>(2.391.882)</u>	<u>(1.752.754)</u>	<u>(2.541.822)</u>	<u>(154.929)</u>	<u>(184.545)</u>
CDI (1) (2) (3) (4) (5) (6)	(1.663.039)	(2.391.882)	(1.752.754)	(2.541.822)	(154.929)	(184.545)
<u>Moeda estrangeira</u>	<u>(356.411)</u>	<u>(181.469)</u>	<u>(232.977)</u>	<u>(266.008)</u>	<u>(3.265)</u>	<u>(71)</u>
US\$ (2)	(290.582)	(88.710)	(109.476)	(85.356)	(3.265)	(71)
LIBOR US\$ (1)	(65.829)	(92.759)	(123.501)	(180.652)	-	-
<b>Ponta ativa</b>					<b>177.031</b>	<b>212.993</b>
Circulante					80.496	68.943
Não Circulante					96.535	144.050
<b>Ponta passiva</b>					<b>(158.194)</b>	<b>(184.616)</b>
Circulante					(142.902)	(183.212)
Não Circulante					(15.292)	(1.404)
<b>Valores a receber, líquidos</b>					<b>18.837</b>	<b>28.377</b>

- (1) Swap de moeda estrangeira (dólar e Libor) x CDI (R\$877.665) – operações de swap contratadas com vencimentos variados, de acordo com os vencimentos da dívida, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimos em dólar da Companhia (valor contábil de R\$879.710).
- (2) Swap de moeda estrangeira (Euro e CDI x Euro) (R\$68.446) e (Dólar e CDI x Dólar) (R\$56.580) – operações de swap contratadas com vencimentos até 14 de novembro de 2017, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a receber (valor contábil de R\$68.044 em euro) e (valor contábil de R\$56.675 em dólar).
- (3) Swap IPCA x percentual do CDI (R\$38.500) – operações de swap contratadas com vencimentos anuais até 2019 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo contábil de R\$40.179).
- (4) Swap TJLP x CDI (R\$457.869) – operações de swap contratadas com vencimentos até 2019 com o objetivo de proteger o risco de variação da TJLP da operação de empréstimo com o BNDES (valor contábil de R\$484.434).
- (5) Swap IPCA x CDI (R\$225.438) – operações de swap contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA de arrendamento financeiro (valor contábil de R\$238.847).
- (6) Swap IGPM x CDI (R\$42.113) – operações de swap contratadas com vencimentos em 2018 com o objetivo de proteger o risco de variação do IGPM em compromissos regulatórios vinculados a licença 4G.

(7) Opções Dólar - operações de termo e opções contratadas com o objetivo de proteger a exposição em dólar de contratos de serviços.

A seguir demonstramos a distribuição dos vencimentos dos contratos de *swap* e opções em 30 de setembro de 2017:

	Consolidado				Valor a receber (pagar) em 30.09.17
	Vencimento em				
	2018	2019	2020	2021 em diante	
Contrato de swap					
Moeda Estrangeira x CDI	(120.923)	58.135	33.975	-	(28.813)
CDI x Moeda Estrangeira	(4.725)	(194)	(64)	-	(4.983)
TJLP x CDI	5.499	19.859	7.464	-	32.822
IPCA x CDI	(1.425)	618	9.382	12.019	20.594
IGPM x CDI	-	(802)	-	-	(802)
Opções	19	-	-	-	19
<b>Total</b>	<b>(121.555)</b>	<b>77.616</b>	<b>50.757</b>	<b>12.019</b>	<b>18.837</b>

Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI, IPCA x CDI, IGPM x CDI e TJLP x CDI destinados à cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

A ineficácia em 30 de setembro de 2017 foi de R\$1.404 (R\$2.091 em 31 de dezembro de 2016).

Em 30 de setembro de 2017 e 2016, os instrumentos financeiros derivativos geraram resultados negativos consolidados (líquidos) de R\$66.803 e R\$315.064, respectivamente (nota 25).

#### a.2) Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3, assim como dados disponíveis no IBGE, Banco Central, FGV, entre outras. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos já apresentados anteriormente. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos financeiros derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 30 de setembro de 2017.

Consolidado				
Operação	Fatores de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	589.371	735.716	881.674
Dívida em US\$	Dívidas (Risco valorização US\$)	(589.371)	(735.716)	(881.674)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta passiva)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	(68.446)	(85.558)	(102.669)
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(41.679)	(52.099)	(62.519)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	109.724	137.155	164.586
	Exposição Líquida	(401)	(502)	(602)
Hedge (ponta passiva)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	(56.580)	(70.726)	(84.871)
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco valorização US\$)	164.029	205.037	246.044
Contas a receber em US\$	Dívida (Risco desvalorização US\$)	(107.355)	(134.193)	(161.032)
	Exposição Líquida	94	118	141
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	284.760	265.019	247.626
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(386.199)	(366.451)	(349.051)
	Exposição Líquida	(101.439)	(101.432)	(101.425)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IGP-DI)	41.311	41.211	41.112
Dívida em IGP-DI	Dívidas (Risco aumento IGP-DI)	(136.173)	(136.173)	(136.173)
	Exposição Líquida	(94.862)	(94.962)	(95.061)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda UMBND)	246.760	307.266	367.317
Dívida em UMBND	Dívidas (Risco aumento UMBND)	(250.556)	(312.481)	(374.066)
	Exposição Líquida	(3.796)	(5.215)	(6.749)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda TJLP)	484.434	478.585	472.910
Dívida em TJLP	Dívidas (Risco aumento TJLP)	(1.720.346)	(1.714.189)	(1.708.215)
	Exposição Líquida	(1.235.912)	(1.235.604)	(1.235.305)
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda US\$)	40.501	48.580	48.580
OPex em USD	OPex (Risco aumento US\$)	(40.501)	(50.626)	(60.751)
	Exposição Líquida	-	(2.046)	(12.171)
Hedge (ponta CDI)				
Hedge US\$ e EUR (ponta passiva e ativa)	Derivativos (Risco queda CDI)	(124.623)	(169.007)	(213.343)
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(284.760)	(265.019)	(247.626)
Hedge IGPM (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(41.311)	(41.211)	(41.112)
Hedge UMBND (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(246.760)	(307.266)	(367.317)
Hedge TJLP (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(484.434)	(478.585)	(472.910)
Hedge US\$ (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(589.371)	(735.716)	(881.674)
Hedge US\$ (ponta passiva) - Opex	Derivativos (Risco aumento CDI)	(40.501)	(48.580)	(48.580)
	Exposição Líquida	(1.811.760)	(2.045.384)	(2.272.562)
Exposição líquida total em cada cenário		(3.248.076)	(3.485.027)	(3.723.734)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	(236.951)	(475.658)

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 30 de setembro de 2017 foram as seguintes:

<u>Variável de Risco</u>	<u>Provável</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
US\$	3,1680	3,9600	4,7520
EUR	3,7427	4,6783	5,6140
JPY	0,0281	0,0352	0,0422
IPCA	2,47%	3,08%	3,70%
IGPM	-1,45%	-1,81%	-2,17%
IGP-DI	-1,18%	-1,48%	-1,78%
UMBND	0,0618	0,0773	0,0928
URTJLP	2,0265	2,5331	3,0397
CDI	8,14%	10,18%	12,21%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os instrumentos financeiros derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos partem de uma posição da carteira em 30 de setembro de 2017, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

## **b) Valor Justo**

A Companhia e controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto as interpretações dos dados de mercado quanto à seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia ou controladas não identificaram reduções significantes e prolongadas no valor recuperável de seus instrumentos financeiros.

O valor justo para todos os ativos e passivos é categorizado dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Os quadros a seguir apresentam a composição dos ativos e passivos financeiros em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. No decorrer dos períodos demonstrados nos quadros a seguir, não ocorreram transferências entre avaliações de valor justo de nível 3 e níveis 1 e 2.

Controladora						
Classificação por categoria		Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Custo amortizado		5.131.933	4.675.627	5.131.933	4.675.627
Contas a receber, líquidas (nota 4)	Empréstimos e recebíveis		8.072.174	8.282.685	8.072.174	8.282.685
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	8.798	3.979	8.798	3.979
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Hedge (econômico)	Nível 2	71.695	64.964	71.695	64.964
Não Circulante						
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado		85.282	78.153	85.282	78.153
Contas a receber, líquidas (nota 4)	Empréstimos e recebíveis		178.585	200.537	178.585	200.537
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Hedge (econômico)	Nível 2	96.535	144.050	96.535	144.050
Total de ativos financeiros			13.645.002	13.449.995	13.645.002	13.449.995
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 14)	Custo amortizado		7.622.860	7.539.395	7.622.860	7.539.395
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	Custo amortizado		1.123.488	1.256.147	1.227.765	1.363.539
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	869.920	1.286.828	402.427	1.307.310
Debêntures (nota 19)	Custo amortizado		1.413.377	2.120.197	1.360.845	2.242.291
Debêntures (nota 19)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.461	307	1.514	1.412
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	3.429	4.111	3.429	4.111
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Hedge (econômico)	Nível 2	139.180	179.101	139.180	179.101
Não Circulante						
Fornecedores (nota 14)	Custo amortizado		-	71.907	-	71.907
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	Custo amortizado		1.462.716	1.837.077	1.400.063	1.668.524
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	638.012	874.982	616.965	822.818
Contraprestação contingente (nota 19)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	440.396	414.733	440.396	414.733
Debêntures (nota 19)	Custo amortizado		2.067.609	1.396.813	1.893.315	1.260.814
Debêntures (nota 19)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	39.644	36.990	38.343	34.124
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Hedge (econômico)	Nível 2	15.292	1.404	15.292	1.404
Total de passivos financeiros			15.837.384	17.019.992	15.162.394	16.911.483



Consolidado						
Classificação por categoria		Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			30.09.17	31.12.16	30.09.17	31.12.16
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Custo amortizado		5.571.056	5.105.110	5.571.056	5.105.110
Contas a receber, líquidas (nota 4)	Empréstimos e recebíveis		8.791.035	8.701.688	8.791.035	8.701.688
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	8.797	3.979	8.797	3.979
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Hedge (econômico)	Nível 2	71.699	64.964	71.699	64.964
Não Circulante						
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado		85.295	78.166	85.295	78.166
Contas a receber, líquidas (nota 4)	Empréstimos e recebíveis		290.505	305.411	290.505	305.411
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Hedge (econômico)	Nível 2	96.535	144.050	96.535	144.050
Total de ativos financeiros			14.914.922	14.403.368	14.914.922	14.403.368
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 14)	Custo amortizado		7.290.613	7.611.246	7.290.613	7.611.246
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	Custo amortizado		1.123.488	1.256.147	1.227.765	1.363.539
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	869.920	1.286.828	402.427	1.307.310
Debêntures (nota 19)	Custo amortizado		1.413.377	2.120.197	1.360.845	2.242.291
Debêntures (nota 19)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.461	307	1.514	1.412
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	3.430	4.111	3.430	4.111
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Hedge (econômico)	Nível 2	139.472	179.101	139.472	179.101
Não Circulante						
Fornecedores (nota 14)	Custo amortizado		-	71.907	-	71.907
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	Custo amortizado		1.462.716	1.837.077	1.400.063	1.668.524
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	638.012	874.982	616.965	822.818
Contraprestação contingente (nota 19)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	440.396	414.733	440.396	414.733
Debêntures (nota 19)	Custo amortizado		2.067.609	1.396.813	1.893.315	1.260.814
Debêntures (nota 19)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	39.644	36.990	38.343	34.124
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Hedge (econômico)	Nível 2	15.292	1.404	15.292	1.404
Total de passivos financeiros			15.505.430	17.091.843	14.830.440	16.983.334

### c) Gestão de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de debêntures e a contratação de instrumentos financeiros derivativos. Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro, contraprestação contingente e instrumentos financeiros derivativos, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNB e ativo garantidor do passivo de contraprestação contingente.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	30.09.17	31.12.16
Caixa e equivalentes de caixa	5.571.056	5.105.110
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente	(8.056.623)	(9.224.074)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	18.837	28.377
Aplicações financeiras em garantia à dívida	11.631	10.773
Ativo garantidor da contraprestação contingente	440.396	414.733
<b>Endividamento líquido</b>	<b>2.014.703</b>	<b>3.665.081</b>
Patrimônio líquido	69.512.082	69.244.419
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>2,90%</b>	<b>5,29%</b>

#### **d) Política de Gestão de Riscos**

A Companhia e controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência das suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

##### **d.1) Risco de Taxa de Câmbio**

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 30 de setembro de 2017, 10,4% da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira (14,0% em 31 de dezembro de 2016). A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$839.682 e R\$1.287.864 em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$18.181 mil e €14.035 mil a receber em 30 de setembro de 2017 e US\$17.293 mil a receber e €5.695 mil a pagar em 31 de dezembro de 2016) para minimizar seus riscos cambiais.

##### **d.2) Risco de Taxa de Juros e Inflação**

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas de instrumentos financeiros derivativos (*hedge cambial*, IPCA e TJLP) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional. Durante o exercício de 2016 e no primeiro trimestre de 2017, a TJLP era de 7,5%. No terceiro trimestre de 2017, a TJLP manteve-se em 7,0%.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da 1ª Emissão – Minas Comunica, indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$5.480.329 e R\$4.906.741 em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente, principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

#### d.3) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia ou controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia estrutura os vencimentos dos instrumentos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 19, e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

A seguir, demonstramos um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, previstos em contratos:

Em 30.09.17	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores (nota 14)	7.290.613	-	-	-	7.290.613
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro (nota 19)	1.993.408	938.001	895.289	267.438	4.094.136
Contraprestação contingente (nota 19)	-	-	-	440.396	440.396
Debêntures (nota 19)	1.414.838	23.813	2.083.440	-	3.522.091
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	142.902	234	-	15.058	158.194
<b>Total</b>	<b>10.841.761</b>	<b>962.048</b>	<b>2.978.729</b>	<b>722.892</b>	<b>15.505.430</b>

  

Em 31.12.16	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores (nota 14)	7.611.246	-	-	71.907	7.683.153
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro (nota 19)	2.542.975	1.129.939	1.326.269	255.851	5.255.034
Contraprestação contingente (nota 19)	-	-	-	414.733	414.733
Debêntures (nota 19)	2.120.504	1.355.683	78.120	-	3.554.307
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	183.212	1.185	97	122	184.616
<b>Total</b>	<b>12.457.937</b>	<b>2.486.807</b>	<b>1.404.486</b>	<b>742.613</b>	<b>17.091.843</b>

#### d.4) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indêbitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

A Companhia e controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

#### d.5) Riscos Socioambientais

Nossas operações e propriedades estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que, entre outras coisas, regem licenças e registros ambientais, proteção à fauna e à flora, emissões atmosféricas, gestão de resíduos e remediação de áreas contaminadas, entre outros. Se não conseguirmos cumprir requisitos presentes e futuros, ou identificar e gerenciar contaminações novas ou já existentes, teremos de incorrer em custos significativos, os quais incluem custos de limpeza, indenizações, compensações, multas, suspensão das atividades e outras penalidades, investimentos para melhorar nossas instalações ou alterar nossos processos, ou interrupção das operações. A identificação de condições ambientais atualmente não identificadas, fiscalizações mais rigorosas por parte de agências reguladoras, a entrada em vigor de leis e regulamentos mais severos ou outros eventos não previstos pode vir a ocorrer e, em última análise, resultar em passivos ambientais significativos e seus respectivos custos. A ocorrência de algum dos fatores acima poderia ter um efeito adverso material sobre nosso negócio, o resultado de nossas operações e de nossa situação financeira e patrimonial. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605, de 1998, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R\$50.000.

Do ponto de vista social, estamos expostos a passivos contingentes em decorrência do fato de nossa estrutura prever a contratação de prestadores de serviços terceirizados. Esses passivos potenciais podem envolver reclamações trabalhistas por parte dos prestadores de serviços que são tratados como funcionários diretos bem como reivindicação de responsabilidade solidária resultantes de reclamações de horas extras e acidentes ocupacionais. Se obtivermos decisão desfavorável com relação a uma parcela significativa dessas contingências e se não tivermos reconhecido provisão para esses riscos, nossa situação financeira e patrimonial e os resultados de nossas operações podem ser adversamente afetados. Além disso, se as autoridades trabalhistas considerarem que a terceirização de serviços envolve atividades-fim da empresa, o vínculo empregatício pode ser caracterizado, o que aumentaria significativamente nossos custos e, conseqüentemente, sujeitaria a Companhia a processos administrativos e judiciais, além de a Companhia ser obrigada a pagar multas aos terceiros.

#### d.6) Seguros

A política da Companhia e controladas, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica.

Em 30 de setembro de 2017, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R\$1.033.944 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R\$75.000 para responsabilidade civil geral (RCG).

#### d.7) Outros Riscos

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação nacional relacionada ao combate à corrupção, assim como à legislação estrangeira relativa ao mesmo tema nas jurisdições em que atua como emissora de títulos e valores mobiliários. Em particular, a Companhia está sujeita ao cumprimento, no Brasil, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, bem como do *US Foreign Corrupt Practices Act* de 1977, nos Estados Unidos da América.

Apesar de a Companhia possuir políticas e procedimentos internos concebidos para garantir o cumprimento dessas legislações, não é possível assegurar que tais políticas e procedimentos serão suficientes ou que funcionários, conselheiros, diretores, sócios, representantes ou prestadores de serviço da Companhia não adotarão algum tipo de ação em violação a tais políticas e procedimentos (ou em violação às legislações voltadas ao combate à corrupção) que possa gerar, em última instância, responsabilidade para eles ou para a Companhia. Violações às legislações voltadas ao combate à corrupção podem ocasionar penalidades financeiras, danos à reputação da Companhia, ou outras consequências legais que podem afetar negativamente as atividades da Companhia, os resultados de suas operações ou sua condição financeira.

Em relação às mencionadas políticas e procedimentos, a Companhia está presentemente conduzindo uma apuração interna – a qual é parte de uma apuração mais ampla conduzida pela Telefónica, S.A., acionista controladora da Companhia - relacionada a possíveis violações às legislações supramencionadas. A Companhia está em contato com autoridades governamentais acerca dessa matéria e pretende cooperar com as autoridades à medida em que a apuração continue. Não é possível, no atual momento, determinar o escopo, a duração ou as possíveis consequências de referida apuração.

### 31) COMPROMISSOS E GARANTIAS (ALUGUÉIS)

A Companhia e controladas alugam equipamentos, instalações e lojas, prédios administrativos e *sites* (estações rádio base e torres instaladas), por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais.

Em 30 de setembro de 2017, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Até um ano	2.172.950	2.173.510
Um ano até cinco anos	7.128.857	7.131.736
Mais de cinco anos	5.173.915	5.174.117
<b>Total</b>	<b><u>14.475.722</u></b>	<b><u>14.479.363</u></b>

### 32) INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As principais transações de financiamentos que não envolvem caixa da Companhia referem-se à aquisição de ativos por meio de arrendamentos financeiros. Em 30 de setembro de 2017 e 2016, estas transações totalizavam R\$9.061 e R\$2.675, respectivamente.